



Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

(a) ANIBAL KHURY.

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1984.

(QUARTA - FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a inversão da votação da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 199/83 e que se cancele o Regime de Urgência aprovado em 09/11/83 ao referido projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado DONATO GULIN, infra - assinado no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Casa o seguinte:

Considerando que em 04 de abril P.P. ocorreu no Município de Pinhão, o assassinato do Vereador Mario Evaldo Morski, então Líder do PMDB na Câmara daquele município;

Considerando que a elucidação deste crime é de interesse tanto de políticos como de municípios;

Considerando que foi designado o Bel. Orlando José Pires, Delegado de Polícia do Município de Guarapuava, para presidir o inquérito;

Considerando que até a presente data as investigações policiais nada apontaram de positivo quanto a elucidação do crime;

Considerando que tanto a Bancada do PMDB como o Líder do PDS daquele município apresentaram requerimento, aprovado pelos demais membros da Câmara Municipal por unanimidade, solicitando maior rapidez na elucidação do crime.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado a Sua Excelência o Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública para que Sua Excelência determine, ao Departamento competente daquela pasta, que agilize a conclusão do inquérito policial, para que prevaleça entre nós a JUSTIÇA.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de conformidade com as normas estabelecidas, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Trajano Bastos, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ouvido o Plenário, se digne determinar estudos de viabilidade de implantação de rampas de acesso ao edifício desta Assembléia, destinados aos deficientes físicos.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A Egrégia Assembléia Legislativa do Paraná empenha-se em aplicar um elenco de medidas que beneficiem grupamento de deficientes físicos em tudo quanto possível, aspectos sociais, humanos e de justiça de trabalho. A tudo isso, antes de tudo, faça-se brotar de nosso organismo legislativo os exemplos. E eles estarão materialmente presentes, inicialmente com rampas que os permitam estar mais próximos de nós.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER,

após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura para a Delegacia de Capanema.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento vem ratificar reivindicação da Câmara Municipal de Capanema, conforme fotocópia em anexo, eis que a referida Delegacia de Polícia encontra-se atualmente sem qualquer veículo para o transporte dos presos e para a efetivação de diligências, o que vem gerando grandes problemas para o setor de segurança da comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Claus Magno Germer, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no Município de Iguaçu, pela importância da assistência técnica rural que o município necessita na exploração agropecuária.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Iguaçu possui 241 Km² de área rural com 410 agricultores, para uma população de 6.523 habitantes, dos quais 4.440 vivem na exploração da terra.

O bovino de leite, milho, café, algodão e o soja, destacam-se na produtividade de maior índice no município, que são extraídos das pequenas propriedades rurais em maior número do gênero.

No campo assistencial agropecuário, Iguaçu não possui meios próprios de atendimentos pela falta de técnicos especializados no ramo. Os recursos para esse fim são exclusivamente usados de especialistas de outros municípios, inviabilizando com isso o serviço, principalmente aos de necessidades prementes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Claus Magno Germer, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no Município de Cafeara, pela importância da assistência técnica rural que o Município necessita na exploração agropecuária.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cafeara possui 153 Km² de área rural com 119 agricultores, para uma população de 3.150 habitantes, dos quais 1.968 vivem na exploração da terra.

Os principais produtos de maior índice de exploração no Município são o algodão, café, feijão e bovino de leite, com maior destaque para a criação de bovino de corte.

A distribuição dos agricultores por categoria de

extensão de terras, estão equiparados e distribuídos genericamente com igualdade.

No aspecto assistencial agropecuário, pela produtividade gerada no município, este encontra-se deficitário. Os recursos necessários a esse fim são utilizados por meios técnicos de outros municípios, onde há escritório representante da ACARPA/EMATER, inviabilizando o serviço de ordem primordial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Claus Magno Germer, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Representante da EMATER/ACARPA no Município de Rio Bom, pela importância da assistência técnica rural que o município necessita na exploração agropecuária.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Bom possui 182 Km² de área rural com 573 agricultores, para uma população de 5.014, dos quais 3.476 vivem na exploração da terra.

Os principais produtos de maior índice de exploração no município são o milho, mandioca, arroz, a suinocultura e a criação de bovino para a produção de leite.

A distribuição dos agricultores por categoria de extensão de terras, o maior índice concentra-se nos pequenos proprietários rurais, que exploram a maior produtividade agrícola do Município.

No aspecto assistencial agropecuário, pela produtividade gerada no município, este encontra-se deficitário. Os recursos necessários a esse fim são utilizados por meios técnicos de outros municípios, onde há escritório representante da ACARPA/EMATER, inviabilizando o serviço de ordem primordial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Claus Magno Germer, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no Município de Califórnia, pela importância da assistência técnica rural que o município necessita na exploração agropecuária.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Califórnia, possui 122 Km² de área rural com 810 agricultores, para uma população de 8.104 habitantes, dos quais 4.685 vivem na exploração da terra.

Os principais produtos com maior índice de exploração na região são o café, milho, arroz, feijão e a criação de bovinos para corte.

A distribuição dos agricultores por categoria de extensão de terras, o maior índice concentra-se nos pequenos proprietários rurais, que exploram a maior produtividade agrícola do município.

No aspecto assistencial agropecuário, pelo nível considerado de produção, o município encontra-se

deficitário. Os recursos destinados ao atendimento assistencial rural dependem exclusivamente de técnicos procedentes de municípios vizinhos, onde há escritório representante da ACARPA/EMATER, inviabilizando o serviço nos casos de resolução mais rápida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Claus Magno Germer, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no Município de Santa Inês, pela importância da assistência técnica rural que o Município necessita na exploração agrícola.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Inês, possui 127 Km² de área rural com 180 agricultores, para uma população de 2.897 habitantes, dos quais 50% vivem na exploração da terra.

A arrecadação fiscal principal do Município, gira em torno da produtividade, constituída basicamente pelo milho, algodão, aves, suinocultura e criação de bovinos para a produção de leite.

No tocante à distribuição dos agricultores, segundo sua categoria de pequenos, médios e grandes produtores, Santa Inês possui maior índice junto às pequenas propriedades, dando maior ênfase à agricultura do que à pecuária.

Relativamente ao aspecto assistencial agropecuário, o município encontra-se com falta de recursos para atender suas necessidades. Os atendimentos são exclusivamente feitos por técnicos de outros municípios, onde há escritório da ACARPA/EMATER, inviabilizando o serviço e, com isso, prejudicando atendimentos de cunho primordial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Claus Magno Germer, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no Município de Florestópolis, pela importância da assistência técnica rural que o município necessita na exploração agropecuária.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Florestópolis possui 253 Km² de área rural com 82 agricultores, responsáveis pela produção agrícola do município. Sua população oscilante em 12.152 habitantes, tem quase a metade na exploração da terra.

O bovino de corte, café, cana-de-açúcar, soja e milho, destacam-se produtividade de maior índice no município, que são extraídos das pequenas propriedades rurais em maior número do gênero.

No campo assistencial agropecuário, Florestópolis não possui meios próprios de atendimento pela falta de técnicos especializados no ramo. Os recursos para

esse fim são exclusivamente usados de especialistas de outros municípios, inviabilizando com isso o serviço, principalmente aos de necessidades prementes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Claus Magno Germer, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no Município de Itaguajé, pela importância da assistência técnica rural que o Município necessita na exploração agrícola.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Itaguajé, possui 174 Km² de área rural com 230 agricultores, para uma população de porte pequeno, (5.234 habitantes), dos quais 50% vivem na exploração da terra.

Amendoim, café, milho, a suinocultura e a criação de bovino para a produção de leite, são os principais produtores desenvolvidos na região.

Com destacada posição, os pequenos proprietários definem a produtividade do município, com maiores tendências a agricultura, pela inexistência de grandes áreas para a exploração da pecuária.

No aspecto assistencial agropecuário, pelo nível de produção apresentado pelo município, encontra-se deficitário. Os recursos destinados ao atendimento assistencial rural dependem exclusivamente de outros municípios, onde há escritório representante da ACARPA/EMATER, prejudicando, com isso, certos problemas que necessitam de atendimento imediato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Claus Magno Germer, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no município de Nossa Senhora das Graças, pela importância da assistência técnica rural que o município necessita na exploração agrícola.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nossa Senhora das Graças, possui 193 Km² de área rural com 159 agricultores, para uma população de 4.265 habitantes, dos quais 2.659 vivem na exploração da terra.

Os principais produtos com maior índice de exploração na região são o milho e algodão, além da suinocultura e agropecuária, destacando-se o bovino de corte e leite.

A distribuição dos agricultores por categoria de extensão de terras, o maior índice concentra-se nos pequenos produtores rurais, que exploram a maior produtividade agrícola da região.

No aspecto assistencial agropecuário, pelo nível considerado de produtividade da região, o

município encontra-se deficitário. Os recursos destinados ao atendimento assistencial rural dependem exclusivamente de técnicos procedentes de municípios vizinhos, onde há escritório representante da ACARPA/EMATER, inviabilizando o serviço, atrasando às vezes, dias na resolução de problemas de ordem primordial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Claus Magno Germer, MD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Escritório Representante da ACARPA/EMATER no Município de Santa Fé, pela importância da assistência técnica rural que o município necessita na exploração agrícola.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Fé possui 278 Km² de área rural com 480 agricultores, para uma população de 9.508 habitantes, dos quais 4.570 vivem na exploração da terra.

Os principais produtos com maior índice de exploração na região são o café, milho e algodão, além da criação do bovino para a produção de leite.

A distribuição dos agricultores por categoria de extensão de terras, o maior índice concentra-se nos médios produtores, caracterizados exclusivamente pela diversificação da cultura.

No aspecto assistencial agropecuário, pelo nível de produtividade da região, o município encontra-se deficitário. Os recursos destinados ao atendimento assistencial rural dependem exclusivamente de técnicos procedentes de municípios vizinhos, onde há escritório representante da ACARPA/EMATER, inviabilizando o serviço, às vezes com atraso de dias na resolução de problemas de natureza primordial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de expediente oficial de agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, que, demonstrando sua sensibilidade, zelo e responsabilidade na administração daquela Secretaria, atendeu prontamente à reivindicação desta Casa, no que segue:

No dia 26 de outubro próximo passado, denunciámos desta tribuna, um negócio que estaria sendo realizado entre as empresas Expresso Maringá e Viação Garcia, que, tratando da transferência da linha Mariluz - Maringá - então de concessão da empresa Expresso Maringá para a Viação Garcia, com a imposição de restrição de trecho entre Campo Mourão a Maringá, e como paga pelo recebimento desta linha, a Viação Garcia pediria o cancelamento definitivo da sua linha de Campo Mourão a Londrina, favorecendo a outra empresa que lhe transferiria a linha de Mariluz;

Que desse negócio realizado entre as citadas empresas, resultaria no seguinte:

1.º) A imposição de restrição de trecho entre Campo Mourão a Maringá, na linha de Mariluz a Maringá, significava que na referida linha não mais se poderia efetuar o transporte de passageiros entre CAMPO

MOURÃO a MARINGÁ, e nas cidades compreendidas entre ambas. DISSO TERÍAMOS IRREFUTAVELMENTE A PERPETUAÇÃO DO MONOPÓLIO ABSOLUTO NO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ENTRE CAMPO MOURÃO a MARINGÁ, em favor da empresa EXPRESSO MARINGÁ, cujos serviços que já explora nesse trecho enseja reclamações diárias que os jornais estampam.

Sem essa condição de imposição de restrição de trecho, retomada a linha pelo Estado, quer no vencimento do Contrato de concessão ou por qualquer motivo, e, explorada a mesma linha por outra concessionária, teríamos automaticamente o fim do exclusivismo pernicioso que aquela empresa exerce entre aquelas importantes cidades.

Assim, essa transferência de linha estaria assegurando ao Expresso Maringá, tivesse outra empresa explorando o referido trecho entre Campo Mourão a Maringá, num futuro próximo, pois os maus serviços que lá presta ensejaria providências por parte da Secretaria dos Transportes. Desta forma, assim desfazendo da linha, GARANTE PARA SI O MONOPÓLIO, eis que afasta a possibilidade anteriormente aventada.

Por sua vez, recebendo a linha, teria a Viação Garcia a possibilidade de estender seus tentáculos até Goioerê e Mariluz, cujas cidades já são atendidas por duas empresas.

O benefício maior da Viação Garcia, residiria na possibilidade de fazer conexão dessa linha com outras linhas que partindo de Maringá seguem com destino a diversas cidades do Estado de São Paulo. Essa prática de conexão, sem autorização do DNER, prejudica em muito as linhas e empresas no Paraná. Não obstante as inúmeras denúncias e reclamações, o DNER faz "vistas grossas" e prossegue no apadrinhamento imensurável e infindável à Viação Garcia.

2) - Por outro lado, o cancelamento da linha CAMPO MOURÃO - LONDRINA, de concessão da Viação Garcia, também resulta em MONOPÓLIO ABSOLUTO DE LINHA COM TERMINAIS ENTRE CAMPO MOURÃO e LONDRINA, em favor do EXPRESSO MARINGÁ, que já detém idêntica concessão. Isto é, já é CONCESSIONÁRIA DE LINHA entre Campo Mourão e Londrina, e assim, fica com EXCLUSIVISMO ABSOLUTO DE LINHAS COM TERMINAIS ENTRE AS REFERIDAS CIDADES.

Como compensação em abrir mão dessa importante linha, cancelando-a, a Viação Garcia obteve outra compensação da Expresso Maringá, que RETIROU O MANDADO DE SEGURANÇA QUE HAVIA IMPETRADO CONTRA O DNER, pela concessão ilegal da linha UMUARAMA - SÃO PAULO, para a Viação Garcia, SEM A DEVIDA CONCORRÊNCIA PÚBLICA necessária. O referido Mandado de Segurança, já com sentença favorável foi arquivado. Essa é então a outra compensação da Viação Garcia, nessa verdadeira NEGOCIATA QUE FOI DENUNCIADA PELO JORNAL "GAZETA DO OESTE" e pela "FOLHA DE LONDRINA", que enfocaram os resultados altamente danosos que a transferência e cancelamento dessas linhas no Paraná, resultariam para os usuários.

3) – Teríamos aí, segundo o negócio dessas empresas, o MONOPÓLIO entre UMUARAMA a SÃO PAULO em favor da VIAÇÃO GARCIA, e a PERPETRAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO MONOPÓLIO entre CAMPO MOURÃO a MARINGÁ e LONDRINA em favor da EXPRESSO MARINGÁ.

Foi então no sentido de impedir a realização desse escuso negócio, ou que, na impossibilidade fossem tomadas providências de forma a impedir os efeitos danosos e irremediáveis ao interesse público, que esta Casa aprovou o expediente que nos referimos ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes. A ele também seguiram ofícios e requerimentos da CONCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, Câmara Municipal de Campo Mourão, Associação Comercial de Campo Mourão, Prefeitura Municipal de Maringá, Lions e Rotary de Campo Mourão. Cabe aqui destacar também que o ilustre Deputado Augusto Carneiro, da Bancada do PDS, também responsável e sensível ao referido problema, enviou requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário, com idêntico pedido.

A finalidade maior, nesse momento, além de relembrar esses fatos, é trazer ao conhecimento dessa augusta Casa, que o expediente aqui aprovado em 26 de outubro de 1983, teve a merecida atenção do Excelentíssimo Sr. Secretário, que, na impossibilidade de impedir a realização da transação de linhas entre aquelas empresas, pela precariedade de dispositivos regulamentares, tomou como pedimos, as providências para que as modificações daquelas linhas não resultasse em prejuízo irreparável aos usuários de mais de uma dezena de cidades situadas no eixo Campo Mourão - Maringá - Apuracana - Londrina.

Por isso, expressemos a nossa admiração pela sua sensibilidade e responsabilidade no trato dos negócios daquela Secretaria, principalmente no tocante ao Transporte Coletivo Intermunicipal, que atende diariamente milhares de pessoas, que não podem estar à mercê de interesses escusos e negociatas de empresas concessionárias.

Ouvindo e atendendo as reivindicações desta Casa, o Excelentíssimo Sr. Secretário, uma vez mais veio fortalecer o Legislativo paranaense, que tendo os lídimos representantes do povo, é o seu porta-voz, sabe dos seus anseios e necessidades, e por isso deve ser ouvido e atendido, não só pela Secretaria dos Transportes, mas por todos os órgãos do Executivo.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam realizados estudos visando a criação e instalação de um Núcleo de Manutenção do DER na municipalidade de Campina da Lagoa.

O Município de Campina da Lagoa situa-se numa região cortada por diversas rodovias com grande fluxo de veículos, ligando inúmeros municípios às principais regiões do Estado e até fora do mesmo, especialmente servindo tais rodovias para o escoamento dos produtos provenientes dos cultivos agrícolas existentes.

Neste sentido, torna-se imprescindível que toda aquela rica e imensa região seja provida de um órgão que mantenha as estradas de leito natural, bem como as rodovias pavimentadas, assistidas à altura, possível com a implantação do referido Núcleo de Manutenção.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a destinação de materiais para o laboratório existente na Escola Estadual Polivalente de Goioerê, Ensino de 1.º Grau.

Trata-se de um laboratório destinado à realização de aulas da língua inglesa, para os educandos daquele estabelecimento de ensino, que no entanto, necessita que sejam destinados materiais que permitam a estruturação do mesmo, abaixo relacionados:

- a) 03 mesas;
- b) 22 banquetas;
- c) 10 audifones; e,
- d) 02 caixas de conexões para fone.

Tais pedidos são de iniciativa do ilustríssimo Diretor da Escola Estadual Polivalente de Goioerê – Ensino de 1.º Grau, o Sr. Eronides Antônio dos Reis, e que por certo merecerá dessa FUNDEPAR, e Secretaria de Estado da Educação, o devido encaminhamento ao que ora é reivindicado, uma vez manifestado interesses não apenas daquela Direção Escolar, e sim do conjunto de estudantes e funcionários.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e de Esportes, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na realização de reformas gerais no Estádio Municipal Dr. Horácio Amaral no Distrito de Farol, pertencente a municipalidade de Campo Mourão.

Construído já há muitos anos, o Estádio Municipal Dr. Horácio Amaral existente no

Distrito de Farol, apresenta uma série de dificuldades, decorrentes exatamente em face das péssimas condições que se encontra aquela praça de esportes, tais como: grama sem condições de uso, falta de alambrado cercando o campo de futebol, falta de vestiários e cerca ao redor do terreno do Estádio.

Atualmente, a comunidade daquele Distrito, vem desenvolvendo inúmeras críticas em relação das condições daquele Estádio Municipal, tendo em vista que o mesmo é imprescindível para a prática do desporto, especialmente pelos jovens.

Ademais, a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, Chefiada pelo Excelentíssimo Senhor José Pochapski, tem reiterado por diversas vezes a falta de recursos de ordem financeira que permitam as pretendidas reformas gerais naquele local, além das novas obras que se fazem necessárias.

Por certo que a reivindicação ora apresentada merecerá dessa Secretaria de Estado e Cultura e do Esporte, a atenção devida, atendendo deste modo a iniciativa dos Senhores Vicente Barbosa e do Nobre Vereador da Câmara Municipal de Campo Mourão, José Laurindo Kraus, representante do Distrito de Farol naquele Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente à TELEPAR, através da Secretaria de Estado do Interior no sentido de que sejam avaliadas as reais condições de se implantar mais telefones públicos na Municipalidade de Nova Cantu.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado e Interior, no sentido de que sejam avaliadas as reais possibilidades quanto à viabilidade de se implantar novos aparelhos de telefonia de uso público na Municipalidade de Nova Cantu.

Na cidade de Nova Cantu, os aparelhos de telefonia existentes são há muito tempo insuficientes, em face de que se verificou um aumento considerável de novos conjuntos habitacionais, muitos dos quais ficam relativamente distantes da área central daquele município. Ademais, tem se constatado diversas reclamações por parte dos moradores daqueles mesmos núcleos residenciais, no sentido de reivindicar a imediata instalação de novos aparelhos telefônicos, já que os existentes, são insuficientes para oferecer a grande procura em termos do seu uso.

Neste sentido, espera-se dessa TELEPAR que avalie conjuntamente com a Secretaria de Estado do Interior, a possibilidade da concretização do que ora é reivindicado, atendendo deste modo solicitação daquela coletividade de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI 125/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Prorroga por 30 (trinta) dias o prazo estipulado pelo artigo 1º, da Lei nº 7268, de 26 de dezembro de 1979, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem como finalidade suprir a falta de tempo físico necessário para que profissionais, preteridos que foram, em virtude das circunstâncias, possam optar pela colocação ofertada na Lei que originou tal situação.

Em tratando-se um imperativo de justiça, submetemos este projeto à aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa, esperando o devido acatamento.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença do Presidente da Câmara de Antonina, Senhor Gilberto Rodrigues, como também a presença do Senhor Vereador Eronildo Pereira e do Senhor Vereador Leônico Toróqueo de Antonina.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em dezembro de 1983, precisamente no dia 27, através do expediente nº 824, o eminente Líder da nossa Bancada, Deputado Luiz Alberto Oliveira, encaminhava um expediente ao Ministério do Interior na pessoa do Chefe de Gabinete. Dr. Luiz Carlos de Orquiza Nóbrega. Dizia o nosso Líder Luiz Alberto Oliveira nesse expediente, que Guaratuba, no litoral do nosso Estado, com 15 mil habitantes não dispunha de escola de nível superior, e os estudantes para concluírem sua formação profissional socavam-se até a vizinha cidade de Paranaguá, distante 50 km, fazendo o percurso diariamente por ônibus de linha regular, que sai de Guaratuba às 16:50 e retorna à meia-noite e trinta minutos.

Além da distância, diz o Deputado Luiz Alberto Oliveira defendendo uma solicitação que foi nossa naquela ocasião, os estudantes enfrentam os altos preços das passagens e sucessivos reajustes o que torna-a faculdade inacessível para quase todos. Diante dessas argumentações todas, pede o nosso Líder uma verba para que através do Ministério do Interior, ou da SUDESUL, Guaratuba pudesse ser contemplada por ônibus para que pudesse transportar aqueles estudantes de Guaratuba a Paranaguá e vice-versa.

O SR. NELSON BUFFARA - Muito bem, alguns meses depois, isto é, nos últimos dias, em data de 22 de maio de 1984, o Senhor Oduvaldo de Azevedo Braga, Coordenador de Atividades Especiais do Ministério do Interior, encaminha ao eminente Líder, Deputado Luiz Alberto Oliveira, o seguinte expediente:

"Senhor Deputado. Acusamos, de ordem do Senhor Secretário Geral, o recebimento do Ofício nº 824, de 27 de dezembro de 1983 através do qual Vossa Excelência pleiteia ajuda financeira para a compra de um ônibus para o Município de Guaratuba. A propósito, cabe-nos informar de que seu pedido está cadastrado nesta Coordenadoria e será submetido à apreciação da Superintendência do Desenvolvimento da região Sul, SUDESUL, e tão logo haja pronunciamento daquele órgão em definição de recursos financeiros, que viabilize o atendimento, voltaremos a entrar em contato com Vossa Excelência."

Assinado Oduvaldo Azevedo Braga, Coordenador de Atividades Especiais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ética sempre tivemos, e para tanto invocamos testemunho dos Deputados que estão nesta Casa há vários mandatos, que sabem do nosso

comportamento.

No entanto, lamentavelmente, nem todos os Deputados que têm assento nesta Casa, lamentavelmente, não tem a ética suficiente para se portar convenientemente.

Ontem, quando o Deputado Luiz Alberto Oliveira nos fez a entrega desse expediente que recebeu do Ministério do Interior, desavisadamente, mas muito bem intencionado, eu comentei no corredor com o Senhor Miguel Jamur, Presidente do PMDB de Guaratuba, comentei numa "boa" dizendo: veja só, Presidente este auxílio que nós estamos querendo prestar a Guaratuba não é só pelo PDS, inclusive seus familiares também usam o ônibus, e vão ser beneficiados. Deus queira que nós consigamos sensibilizar a SUDESUL. Vão ser beneficiados com ônibus que vamos tentar conseguir da SUDESUL. Deve ter ocorrido o seguinte: o Presidente do PMDB de Guaratuba avisou o Senhor Deputado desta Casa que sem a menor ética vai a "Gazeta do Povo", e não tem culpa alguma o jornalista; este apenas colheu a notícia, e dá como se fosse ele o autor da solicitação. Ele disse que, para o Litoral, é o título da nota da "Gazeta do Povo". "A destinação de um ônibus escolar para o Município de Guaratuba está sendo reivindicada pelo Deputado Nestor Baptista do PMDB, junto a órgãos federais e estaduais, ele encaminha pedidos dos Vereadores Alceu Ramos, Bento Souza bem como do Presidente do PMDB, Miguel Jamur."

Eu faço votos que o Senhor Deputado consiga. A nível estadual ele pode conseguir, e oxalá consiga a nível federal. No entanto, a nível estadual não tenho condições, ele tem pelo seu excelente relacionamento com o Governador do Estado; agora, a nível federal eu lanço um repto ao Deputado que ele venha provar que fez o expediente nos termos que fez o Deputado Luiz Alberto Oliveira, em dezembro do ano passado e que tenha a resposta que nós tivemos. Se ele conseguir provar que eu, de público, pedirei exêusas a Sua Excelência penitenciar-me-ei e reconhecerei nele um dos grandes políticos do Paraná. Caso contrário, ele vai passar por mentiroso.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É de suma importância nós levarmos em conta a proposta social de um Governo, porque o Governo do Estado deve ser o primeiro a testemunhar pelo próprio exemplo, a inquietação com a problemática social dos funcionários públicos da própria máquina estadual.

E no que se refere, principalmente à educação, um fato que, embora não tenha alcançado a repercussão pública pela importância de que se reveste, mas que nem por isso deve permanecer no esquecimento: as fundações universitárias do Paraná, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, bem como as Faculdades de Cornélio Procopio, a Faculdade de Guarapuava, a de Ciências Econômicas de Apucarana, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, sem levar em conta o IPARDES, eram instituições que sempre sobreviveram às custas do caos previdenciários.

Vale lembrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que as fundações universitárias do Paraná, até o final do Governo Ney Braga, tiveram um corte, sofreram uma restrição quanto aos recursos que por lei deveriam ser destinados a essas instituições como forma de manutenção. Embora o estipulado fosse a obrigatoriedade de 100% da folha de pagamento dessas instituições, ainda há pouco nominadas,

progressivamente o Governo anterior foi diminuindo, a tal ponto que 20% da folha de pagamento dos funcionários docentes dessas instituições acabaram sendo solapadas pelo Governo que nos antecedeu.

O Governo Richa, logo no primeiro mês, assumiu e está respondendo integralmente conforme depoimento recente ainda do próprio Reitor da Universidade de Londrina, pela folha integral dos funcionários e professores das instituições de ensino.

E registramos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o montante que foi pago pelo atual Governo, correspondente a débitos na área previdenciária, com que não foram contempladas as instituições do Governo anterior, e que ascende a um montante de 1 bilhão, 332 milhões, 437 mil cruzeiros.

É por esta razão, que nós não poderíamos ficar sem registrar um aspecto: a prioridade no que tange aos assuntos previdenciários, enquanto funcionários e docentes destas instituições ainda há pouco relacionadas, sofriam os prejuízos no que dizia respeito até mesmo à contribuição previdenciária. Nós enalacetemos por um dever de justiça, o cumprimento fiel de compromissos pelo Governo, que não só está mantendo rigorosamente em dia, as contribuições devidas às nossas instituições universitárias, a nível superior, como também na área previdenciária, não está permitindo qualquer prejuízo funcional que seja, porque o Estado está, de fato, pagando tudo o que deve à Previdência Social.

Ressaltamos, evidentemente, que se trata de um cumprimento do dever estatal, mas esta realidade se afigura e se reveste de maior importância, quando não apenas o Governo Richa está assumindo o ônus previdenciário e o ônus com relação às Universidades, como também pagou grande montante que foi legado ao seu Governo.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Francisco Escorsin, terceiro orador inscrito.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos esta tribuna para justificarmos o requerimento hoje submetido ao Plenário desta Assembléia Legislativa, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Governador Dr. José Richa, as providências cabíveis no sentido de que seja construída uma rodovia asfaltada interligando o Município de Braganey aos povoados de Munhoz da Rocha, Sertãozinho e Campo Bonito. (Lê) Senhor Presidente.

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário. REQUER, que sejam formulados apelos ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, no sentido de que o traçado rodoviário partindo do Município de BRAGANEY, atingindo os povoados de Munhoz da Rocha, Sertãozinho, Campo Bonito e Mato Queimado, possa ser interligado a BR 277, com asfaltamento.

As regiões especificadas carecem de rodovias asfaltadas, e suas terras são produtivas, férteis possuindo uma população quantitativa.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN"

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê)

"A Bancada do PMDB, nesta Casa, que tanto tem

combatido a presença de autoridades da área federal, em programas de televisão, está hoje alquebrada, na vã tentativa de defender a postura do Governador José Richa, na última sexta-feira, através de cadeia estadual de televisão. Relembrando, com certeza, seus tempos de teatro estudantil, José Richa gastou o dinheiro do povo — mas de 300 milhões de cruzeiros na tentativa de esconder outro esbanjamento, para não usar, aqui, termo mais forte. Esconder o esbanjamento, tentar defender o dileto amigo, até então o Secretário das Finanças, e condenar o Secretário do Planejamento, por ter advertido o Governador das irregularidades no andamento das operações de crédito, no caso que hoje é conhecido, nacionalmente, como o chuncho dos dólares.

Todos vimos, no horário nobre, mais uma encenação do Governador, encenação esta que a ninguém convenceu, pois o seu tempo de aprendiz de ator perdeu-se, indiscutivelmente, no passado. Restou uma figura caricata forçando expressões faciais de consternação, e buscando lágrimas forçadas, certamente, por alguma cebola escondida no bolso. Com a divulgação, completa, do inteiro teor do relatório elaborado pela "Comissão de Alto Nível", divulgação esta que foi impedida, até o último momento, pelos homens do Palácio Iguaçu, não restaram dúvidas de que o que foi apresentado não foi nada mais do que uma ópera bufa.

Depois de, por trinta minutos, aproximadamente, omitir toda a verdade, contar meia história, escamotear os fatos em sua plenitude, o Governador saiu pela tangente, dizendo que para ele o caso está encerrado. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados. O caso pode estar encerrado para ele. Pois não se encerrou ainda, para seus principais protagonistas, os antigos Secretários Belmiro Valverde e Erasmo Garanhão, que pelos caminhos da justiça vão pretender fazer valer a verdade de cada um. Não se encerrou ainda, para a Bancada do PDS, que vai continuar a exigir do Governador, a fixação definitiva no que se refere à apuração dos fatos danosos, bem como dos seus responsáveis. Não se encerrou ainda, para a opinião pública, que continua, estarecida, a acompanhar pelos órgãos de comunicação social, de todo o País, os respingos do mar de lama que está afogando o Paraná.

E não deveria se encerrar para a Bancada do PMDB, que tanto glorifica a austeridade, a dignidade combate a corrupção, teses que se estraçalharam ao primeiro exame, transparecendo que muitas outras irregularidades estão para serem constatadas, em diversos setores do atual governo, fã de churrascadas gratificantes, fã dos dólares furados, fã das picaretagens e das negociatas. Será possível, povo do Paraná, que o Governador diga, simplesmente, que para ele está tudo encerrado?

Vejamos como a "Comissão de Alto Nível" encara o problema, na página 14. Abre aspas "neste ponto a Comissão pondera ao Governador, que não sendo uma comissão de inquérito, não se sentiu autorizada a aprofundar as investigações. É assunto que deixa ao seu elevado critério".

Isto significa dizer que a comissão, constituída pelo Governador, se queixou a ele mesmo das limitações impostas ao seu trabalho. E foi além, sugerindo uma comissão de inquérito, para valer. E agora a outra pergunta: Por que o Governador não instala tal comissão, mas prefere deixar tudo

como está, praticando o exercício da convivência ou da simples omissão?

É a pergunta que deixamos ao Governador do Paraná, e aos seus seguidores, a qualquer preço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer)—Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

Havendo declinado, passaremos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo esta tribuna, para condenar as interventorias nas chamadas áreas de interesse para segurança nacional. Pedir o restabelecimento de ordem político-institucional desses municípios e apelar ao Congresso Nacional, que acolha nas suas preocupações de revisão constitucional, com a mesma dedicação que o faz em relação à volta das eleições presidenciais diretas.

E leio, Srs. Deputados, um ofício recebido da Câmara Municipal de um dos municípios que representamos na região Oeste de São Miguel do Iguaçu, assim exarado: (Lê):

"Senhor Deputado:

Em atenção à proposição do nobre Vereador Flávio Ghellere Júnior, devidamente apoiada e aprovada pelo Plenário, solicitamos de Vossa Excelência, apoio nas matérias em tramitação no Congresso Nacional, referente à eleição para Prefeitos nos municípios considerados Áreas de Segurança Nacional.

Sentimos que o apoio político maior, está sendo dado para as eleições para Prefeitos das Capitais e até mesmo para os municípios de estâncias hidrominerais, marginalizando de certo modo as eleições para os municípios das Áreas de Segurança Nacional, o que poderá fazer com que nossos municípios não consigam no momento atual, eleger seu Prefeito e em conseqüências, certamente, tudo será mais difícil no futuro.

Sem mais, contamos com o apoio de Vossa Excelência, e aproveitamos para renovar protestos de real estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) LIBERATO CIVIERO.

Presidente.

Exmo. Sr.

JOSÉ FONSECA

DD. Deputado Estadual

Assembleia Legislativa

Curitiba - PR.

O povo dos municípios de fronteiras com os países vizinhos, enquanto a Nação sofre a frustração de não poder eleger o Presidente da República, sente no âmbito doméstico, dupla agressão revolucionária, porque não pode também, eleger os seus Prefeitos. Tendo por isso, de aguentar aqueles que lhes são impostos, até por "greve de fome", como ocorreu em Foz do Iguaçu.

E não somos contra essas interventorias, apenas porque elas ofendem o quadro político-institucional do país, ou porque constituíssem temas retóricos do agrado popular, mas sim, porque temos as histórias

dessas interventorias a deporem contra as razões de quem as tenha inventado; porque temos depoimentos da mais alta qualificação conceitual, que dizem da distonância da idéia interventorial em foco, com a cultura militar e a sua sabedoria estratégica; porque enfim, temos um volume fático substancial para opormos à visão empírica daqueles que, vocacionados para agredirem a Nação mais do que, para cumprirem os seus deveres funcionais de caserna, instituam as Prefeituras municipais de fronteiras, como tendões avançados dos gabinetes palacianos de Brasília, com a função de expandir as oligarquias, de agradar, de privilegiar, de adestrar nas artes da intriga, da hipocrisia e da traição.

(ENFOQUES EXPOSITIVOS)

A história dos Prefeitos nomeados dos municípios sob interventorias revolucionárias, é praticamente a mesma. Porque todos os interventores obedecem à direção centralizada do "Alto Comando Revolucionário", de onde lhes desce o estilo de Governo, e para onde sobem as alcaguetagens, através dos boletins mensais que são preenchidos pelos interventores, ao SNL. Mas, já estamos familiarizados com a batalha parlamentar que se trava nesta Casa, registrando, pelos pronunciamentos corajosos de nobres pares que representam aqui, as populações desses municípios, toda a gama de ocorrências anormais que jorram dos bastidores do Poder Revolucionário, os interesses reais desse sistema. Interesses que não são outros, senão o locupletamento da atividade de governo, enquanto as máfias tecnoburgocratas manobram computadores, sem nenhum tipo de piedade, de sensibilidade, de sabedoria ou de inteligência.

São pronunciamentos como já nos tem trazido o nobre Deputado Sérgio Spada, denunciando as arbitrariedades e a corrupção da interventoria de Foz do Iguaçu, mostrando que os males da ditadura contra a evolução cívica da Nação brasileira, são como um tumor maligno que se reproduz onde quer que haja um foco de poder discricionário. E assim, não podia pois, o Coronel Clóvis Cunha Vianna, ficar imune. Mesmo que tenha tentado aliviar de sobre si, o veredicto da História ao ter insistido na sua destituição desse posto. À cuja deliberação, os próceres pedessistas acudiram com o zelo mais requintado temerosos de terem sorte pior, se o posto ficasse vago, e tivesse de ser ocupado por alguém de fora do servilismo que os irmana. E entraram em "greve de fome", recebendo por ato de comiseração é claro, o novo interventor que possibilitou ao Coronel Clóvis Vianna, partir para o gozo do que lhe tenha produzido, um decênio de interventoria. Dentro da qual, manobrou como quis, já que esses interventores podem até administrarem sem Câmara Municipal, os maiores volumes de rendas públicas que lhes eram destinadas ao aparelhamento infra-estrutural da cidade de Foz do Iguaçu, para acomodar as oligarquias de Itaipu. Ou seja, do "estado anfíbio", que de uma parte do território brasileiro, e de outra parte do território paraguaio, sob a "genialidade" de duas ditaduras vizinhas, constitui o império olímpico do General Costa Cavalcanti, responsável pelo alagamento das terras mais férteis do Estado do Paraná, de onde saíram para as periferias urbanas, ou, para os campos de concentrações rurais do INCRA na selva amazônica, milhares e agricultores que respondiam dentro da parcela responsável por 60% da produção de alimentos, que já não existe mais na agricultura brasileira. De

cujo desfalque alimentar, temos como resultado imediato, a mortalidade infantil, na casa dos mil defuntos por dia. que perecem de fome, segundo a denúncia da UNICEF. E além disso, o império do General Costa Cavalcanti, se constitui em cordão umbilical a inquietar as gerações futuras de brasileiros e de paraguaios, já que acorrenta os dois países, com nítido sentido de imperialismo totalitário. Pois temos exemplos das nefandas conseqüências para os povos ligados, de obras desse gênero, como são; o Canal de Suez, responsável já por vários conflitos de enormes prejuízos para toda a humanidade, que a cada irrompimento, vê todo o seu relacionamento marítimo abalado, e ainda tem de contribuir com forças multinacionais de paz; como são, o Canal do Panamá; e, como é o Canal de Ormuz, onde a qualquer momento poderá irromper a terceira guerra mundial.

Aliás, o incitamento a esse projeto infeliz para os dois povos, cujo lado paraguaio ainda não se mostra totalmente curado da ferida por Solano Lopes, todos sabemos que veio do Pentágono, que há muito tempo trabalhava dos dois lados, para realizar esse cordão umbilical, como nó estratégico desse teatro de guerra, no qual os norte-americanos pretendem transformar o planeta. E tudo isso aconteceu, porque eram biônicos e generais renegados no Governo do Estado, eram interventores, coronéis e generais, a gerirem as fronteiras do Estado. Claro pois, que o Coronel Clóvis, não poderia ter deixado a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em situação melhor do que o General Ney Braga deixou o Estado do Paraná, ou, em condições distonantes do quadro geral emoldurado por Itaipu. Embora, de uma coisa podemos estar certos: o interventor de Foz do Iguaçu, entregando o posto quando quis, revela ter trabalhado exatamente dentro das normas traçadas pelos seus senhores; e, na condição de senhor feudal de Foz do Iguaçu, legará aos seus descendentes, a nobreza econômica que tem em nossa mortalidade infantil, as suas fontes. E por isso, tem os que defenderão sempre esses interventores. Porque, à semelhança da "Presidência da República", essas interventorias têm sido nestes vinte anos de "redentora", os melhores negócios desta República.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu tenho a minha votação maior no Município de Medianeira, ocupado por interventor produzido pelos estranhos "interesses de segurança nacional". E ainda represento o Município de São Miguel do Iguaçu, também sob as malhas de interventoria. Tenho pois, um volume de fatos contra essas interventorias, na qualidade de testemunha ocular da História. Há mais de dez anos, eu ouço relatos, eu vejo acontecimentos, eu sinto na pele, como advogado de vários desmandos desaguados na Justiça, a inutilidade desta, quando a Magistratura Suprema do País, é exercida por generais em regime de ditadura. Pois, quando a Constituição da República cede lugar aos boletins de ORDEM UNIDA, chamados de "Decretos", pelos quais o Brasil tem sido gerido nestes últimos vinte anos, não sobra nada mais para ser sustentado perante um Poder que tem no Direito a sua fonte de decisões de autoridade. E então, o locupletamento de governo passa a ser um prática do respectivo exercício autoritário. Porque não havendo a estrutura jurídica com força coercitiva sobre as Forças Armadas como executoras das decisões de Justiça, não sobra nada que garanta a

denúncia persecutória da CULPA. E então, já não surpreendia que interventores fossem absolvidos de ações populares, como não surpreendem que ex-Secretário de Estado seja absolvido "ab initio" do procedimento penal intentado, por locupletamentos na função. Mas, se abrimos as nossas janelas para a Agricultura, veremos que a volta do Presidente eleito pelo povo, traz de volta o Direito, pela restauração da ordem jurídica da República, levando gerais que foram "presidentes plenipotenciários", à cadeia, por ordem da justiça do país! Assim também, aqui no Brasil, mais hoje ou mais amanhã, as eleições diretas para Presidente da República, e a restituição de autonomia política plena da República, virão como desdobramento natural do processo histórico, e então, fortunas produzidas pelos cofres públicos, haverão de ser confiscadas, e culpados serão punidos. Por isso, eu entendo que a sustentação desta trincheira "vale a pena"!

Na década de 1950, um punhado de gente empreendedora do Município de Serafina Correia, do Estado do Rio Grande do Sul, liberado pelos pioneiros, Pedro Soccol, Ozório Pasquali, Fellini, e outros que compunham a firma Colonizadora Bento Gonçalves, adentrou os sertões do extremo oeste paranaense, e ali, com as primeiras famílias que acreditaram no projeto, como a família Grapiglia, a Família Pandolfo, a Família Vanini, a Família Zanin, entre outras, fundaram a cidade de Medianeira. E ela floresceu de imediato, sustentada por uma colonização bem planejada, e por um parque industrial que na marca "Frimesa" levava para todas as mesas brasileiras, a pujança daquele povo trabalhador. Era o Frigorífico, entre os maiores no gênero; eram indústrias madeireiras que aproveitavam as riquezas florestais nativas, na substituição das matas pelas lavouras; eram indústrias cerâmicas que exportavam seus produtos para o Paraguai; eram cerealistas que despachavam imensas frotas de caminhões carregados para São Paulo, Rio de Janeiro e Paranaguá; era um parque comercial que formigava nas ruas ainda em construção, a dinâmica de uma comunidade rica, progressista, auto-suficiente e feliz. Ao dr. Ovídio Soccol, substituíram os médicos, Alcebíades Barbosa da Silva, Arnildo Sezinando Brum e Eduardo Orejuela Usckokovich.

Medianeira crescia e se agigantava, como rainha esplendorosa do extremo oeste, atraindo grandes massas de agricultores que vinham de toda a parte, engrossar-lhe a força de trabalho e expandir as áreas de produções. E dali alcançavam as comunidades de Sta. Helena, de Mal. Cândido Rondon, de Assis Chateaubriand, de Cascavel, de Céu Azul, de Matelândia, de Vera Cruz D'Oeste, formando o maior crescimento vegetativo que este País registrava, mesmo nos anos amargos da ditadura da década de 1960.

Porém, no ano de 1971, Medianeira, por ter nos fundos do município, parte do Parque Nacional do Iguaçu, que divide com o Parque Nacional da Argentina, foi atacada, à semelhança dos demais municípios de fronteiras, pelo "CÂNCER DA EXCEÇÃO", que castrou-lhe a autonomia municipal, recém na sua segunda gestão, quando ao saudoso Angelo Darolt, seu primeiro Prefeito, substituiu o Sr. José Dalapasqua que terminou o seu mandato nesse ano.

E, como o Parque Nacional do Iguaçu tem jurisdição administrativa e autonomia jurídica própria

a cargo do IBDF, e portanto, sob cobertura natural dos mecanismos de segurança federal, só resta mesmo, para justificar a interventoria em Medianeira, o fato de aquela comunidade ser historicamente de oposição à ditadura que se instalara em 1964, no País, porquanto, os seus dois Prefeitos, e únicos eleitos pelo povo, Angelo Darolt e José Dalapasqua, eram do então Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual pertencera o saudoso Presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar, cujo partido, também fora extinto por esses Senhores do poder, para que, do esforço de desenvolvimento da Nação brasileira, fosse desarraigada toda a memória daqueles que um dia, de uma ou de outra forma, quizeram a autonomia histórica da Pátria.

E para ocupar a interventoria, os senhores gerais do poder não escolheram, dentre os seus pioneiros, nenhum dos colonizadores; nenhum daqueles agricultores que congregados pelo próprio trabalho, são hoje, a Cooperativa Três Fronteiras Ltda., "COTREFAL", maior em administração em orçamento, em progresso, em poder econômico e em iniciativa, do que o próprio município avaliado pela sua administração; nenhum dos seus industriais, que hoje, estão nas suas empresas; nenhum comerciante; nenhum profissional liberal, ninguém, enfim, da população identificada com ideal de progresso, de bem-estar social, e de promover a grandeza da Pátria. Foram buscar eles, um indivíduo até então, sem qualquer participação com a comunidade medianeirense, como ali permaneceu até o dia em que Medianeira o expulsou de lá pela revolução do voto, em 82, cuidando apenas de si mesmo e dos interesses subalternos dos seus senhores. A sua ficha conhecida do povo, o apresentava como peão de trecho da C.R. Almeida, empresa na época ligada aos interesses de Ney Braga, da qual teria sido expulso por desonestidades; dizia-se "irmão de Ney Braga", e até hoje não se sabe exatamente a fórmula biológica desse vínculo, mas, no Município de Medianeira, ficaram homenageados, desde o pai de Ney Braga, até a sua esposa, sem ao menos nesse período ser homenageado em qualquer placa um daqueles colonizadores que até hoje lá permanecem; constava ainda, ter sido levado para Medianeira, como capataz da Fazenda Três Pinheiros, cuja titulação até hoje é suspeita, em cuja atividade de capatazia, teria procedido grandes desvios de gado, e constava também, como invasor do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, onde fundara um sítio clandestino. Tinha pois, o Sr. Luiz Bonatto, os pré-requisitos básicos devidamente afinados com o padrão de caráter e de personalidade daqueles que depois de terem jurado diante da Bandeira do Brasil, fidelidade à Constituição da República, contra ela se insurgiram, depondo o Presidente da República, que por ela era o seu comandante supremo; espoliaram para si a Presidência da República e inventaram as interventorias para verem se a ditadura feudal prosperaria no seio da Nação.

Não conhecia pois, o Sr. Luiz Bonatto, os limites de conduta fixados pela lei, porque às forças revolucionárias, a que pertencia como interventor de "segurança nacional", não conhecia nenhuma limitação constitucional acima da sua própria vontade e designios comandatários. E assim, ali esteve o Sr. Luiz Bonatto, durante doze anos, que para Medianeira, foram como doze séculos, tal a inversão

que se processou em seu destino. Tão sem escrúpulos humanos, tão sem ética de companheirismo, que depois de haver queimado a Prefeitura, para esconder a patifaria e a gatunagem que praticava ali, já não podendo então, queimá-la de novo, O Sr. Luiz Bonatto fez responsabilizar perante a Justiça, o seu tesoureiro, Nilson Deitos, pelos desfalques que juntos praticavam contra o erário público, para jogarem no Cassino do Paraguai, e no carteado, sustentando o vício do baralho de Luiz Bonatto, que ficou famoso nas bancas de jogo, pelas volumosas somas que perdia diariamente. Conduta aliás, diga-se de passagem, igual a do General Figueiredo, que, tentando desviar o processo de redemocratização do país, para o entretenimento retórico e as investigações improdutivas, entregou as oligarquias do poder, às denúncias da imprensa, e às averiguações da Justiça, sequer poupando o seu filho, "Robertinho". Por onde se estabelece um contexto moral absolutamente igual entre todos esses efetivos depois da Resolução de 64. Do despotismo espoliativo dos comandos revolucionários maiores, a interventora de Medianeira, de tanto ter as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas, expulsou dos seus domínios, cinco dos nove vereadores da Câmara Municipal, da época e constituiu uma Câmara só para si, com quatro vereadores acoplados a Luiz Bonatto, mais o suplente. Porque os cinco vereadores, embora da ARENA, como os demais, não tinham negócios com a Prefeitura, e por isso, resolveram colocar-se contra as bandalheiras que ocorriam às suas vistas. Eram eles, o saudoso herói, Nicanor Maciel Cesar que preferiu falecer na miséria, agora recentemente, do que ter aceito participar do saque aos cofres do município; que lhe foram oferecidos; Lembro-me de Flávio Lüdke, que acabou expulso do município, Elpidio Modesto Bem e outros. Pois, se os generais que ocupavam a Presidência da República fechavam o Congresso Nacional, quando só dessa forma podiam editar os boletins de ordem unida contra a Nação, em cobertura dos interesses oligárquicos do poder, é óbvio que as interventorias podiam fazer a mesma coisa quando os vereadores optassem pela fiscalização da moralidade e idoneidade administrativa dos interventores.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Consulto à Liderança do PMDB se concede alguns minutos ao orador que está na tribuna.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — O Deputado José Antônio Fonseca poderá usar o Horário da Liderança por mais dez minutos para poder concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Continua com a palavra o Sr. Deputado Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Muito obrigado, Líder.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a situação chegou a tal descalabro que atingiu a esta Assembléia Legislativa onde na ação dos Deputados Nelson Friedrich, Gernote Kirinus e Fidelcino Tolentino encontrou amparo, mas impotente pela maioria arenista da bancada na época, não conseguiram mais do que registrar um requerimento de exoneração perante a Comissão de Constituição e Justiça.

Também atingiu a Câmara dos Deputados, na voz do Deputado Paulo Marques. Chegou à Procuradoria Geral da República e à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, em cujas escrivatinhas penais devem estar dormindo os respectivos feitos à espera da restauração da ordem da República.

Do mesmo jeito foi e é a interventoria de Santa Helena, onde os próprios comandos não suportaram a corrupção do militar que ali colocaram como interventor e o expulsaram do posto.

De modo que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se há demonstrado com riqueza de detalhes que essas interventorias são prolongamentos fiéis da ditadura, que se quer extinguir com a emenda constitucional que busca restabelecer a autonomia eleitoral da República, não podem ser tratadas isoladamente porque são partes inseparáveis desse contexto ditatorial que a Nação não suporta mais.

E quem mais abalizado para testemunhar sobre as incongruências dessas interventorias como instituições necessárias a segurança nacional do que as próprias Forças Armadas, na pessoa dos seus verdadeiros oficiais? Pois tragamos então o depoimento do Excelentíssimo Sr. Comandante da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, responsável pela segurança nacional na área de fronteira do Paraná, General de Brigada, Roberto Clodoaldo Pinto.

Diz ele, em entrevista concedida à "Fôlha de Londrina", em 28 de setembro de 1983. "Se nós tivermos que agir para proteção de nossas fronteiras, vamos agir da mesma maneira independente de o Prefeito ser eleito, nomeado, interventor, como queiram chamar. É claro que nenhum Prefeito vai colocar obstáculo na atuação das Forças Armadas por ser de determinado partido. Isto aliás nem deve ser cogitado porque não tem sentido. Não sei se existe motivos para a manutenção da estrutura atual de interventorias, isto é assunto que não tem ligação conosco. Nossa preocupação na área é segurança externa e esta nós garantimos de qualquer maneira, independentemente dos Prefeitos serem nomeados ou pertencerem a este ou aquele partido".

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado José Antônio Fonseca, lamentavelmente Vossa Excelência faz um pronunciamento que é um verdadeiro coquetel, coquetel mal temperado. Vossa Excelência fez uma mistura, viajou o mundo inteiro e depois à nossa região.

Primeiro, Vossa Excelência usando o argumento que o Deputado Sérgio Spada, vinha fazendo pronunciamentos acusatórios contra a Prefeitura de Foz do Iguaçu, contra a corrupção na Prefeitura de Foz do Iguaçu. Eu desafio a Vossa Excelência e ao Deputado Sérgio Spada e ele em principal, que não pode falar em corrupção. Ele não pode, não tem direito, sob pena de nós denunciarmos.

Desafio a corrupção do Cel. Clóvis. Administrou a Prefeitura com lisura, com honradez, que o próprio Governador seu José Richa, no dia da entrega da Prefeitura ao atual Prefeito Vades Vitorio Benvelute, fez elogios ao comportamento do

engenheiro Clóvis da Cunha Viana.

Vossa Excelência acusa os Prefeitos nomeados como se fosse o segmento da ditadura, o seu partido, Deputado José Antônio Fonseca, foi o primeiro que correu para fazer parte de uma lista triplíce para colocar um interventor segundo Vossa Excelência, de Foz do Iguaçu, o que nós não podemos admitir, e sim, conseguimos admitir, porque o comportamento peemedebista é um comportamento realmente que precisa ser analisado pela sociedade, palavras de palanque. Vossas Excelências eram diferentes da ação de hoje, o comportamento de Vossa Excelência não condiz com a realidade de mais de um milhão e seiscentos mil votos de paranaenses enganados. Sobre corrupção, quantas corrupções já apareceram em um pouco mais de um ano de Governo do Sr. José Richa: Quantas corrupções? Só no Banestado mais de quatro. Secretaria das Finanças; Paranatur; Porto de Paranaguá. Ladrões tomaram conta do Governo, e Vossa Excelência vem taxar o nosso Governo de corrupto e não tem uma prova concreta. E desafio, agora, já, ou amanhã, as provas de corrupção concretas do nosso Governo ou do ex-Prefeito de Foz do Iguaçu.

Fica o desafio a Vossa Excelência e ao Deputado Sérgio Spada, que agora mesmo está acompanhando o interventor de Foz do Iguaçu, segundo Vossa Excelência, até a Paranatur e algumas Secretarias, porque eu não posso acompanhar porque sou de outro partido, esse é o Governo participativo, transparente. Já está tão transparente que quase caído já está; já está quase motro; enlutado está o Paraná.

Fica, Deputado, o desafio, e o restante na tribuna, eu direi em poucos minutos ao Paraná.

O SR. ANTÔNIO FONSECA — Obrigado pelo seu aparte.

Concedo aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Antônio Fonseca.

Vossa Excelência traz novamente a essa Casa uma preocupação que já foi bastante discutida aqui, não só aqui como no Congresso Nacional, problema da área de segurança nacional.

Falou-se que Vossa Excelência estaria fazendo um coquetel. Realmente quando Vossa Excelência retrata, quando Vossa Excelência discorre sobre a história dos últimos vinte anos, naquela nossa querida região do oeste do Paraná, realmente só poderia sair um coquetel, mas um coquetel de militares que se sucedem dos Governos sem eleição direta, usurpando o Poder; coquetel que eles faziam com o dinheiro do povo, talvez nos cassinos que é o caso do ex-mandatário de Medianeira, e Vossa Excelência muito bem conhece cujo nome declino aqui. Realmente um verdadeiro coquetel militar, numa área que se diz ser de segurança nacional.

Até hoje não deu para entender nobre Deputado, que tem a ver segurança nacional com Prefeito nomeado. Estariam querendo passar um atestado de incompetência às gloriosas Forças Armadas? Seriam elas incompetentes para garantir a segurança nacional, se não fosse o Prefeito nomeado.

Portanto, nobre Deputado, Vossa Excelência está de parabéns, e a trazer à Casa mais uma vez, quando se fala em diretas já para Presidente da República, torna-se difícil, quando ainda não se solucionou as eleições diretas em pequenos municípios como são os de Santa Helena, os da área de Segurança Nacional.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado José Antônio Fonseca, para cumprimentá-lo pelo seu brilhante pronunciamento, e estranhar a pressa, a rapidez com que o Deputado Tércio Albuquerque põe-se a defender um dos algozes do último preso político do País, Juvêncio Mazzarollo.

Não conheço internamente Foz do Iguaçu, mas só por este ato, absolvido que foi Juvêncio pelo Supremo Tribunal Federal, já caracteriza o perfil injusto e incoerente voltado para a política da "deduração", como muito bem se caracterizou o Sr. Clóvis da Cunha Bueno ...

O Sr. Tércio Albuquerque — Clóvis Viana, Vossa Excelência nem conhece.

O Sr. Tadeu França — Clóvis Viana, exatamente. Em função de não conhecer Foz do Iguaçu, destaco, sei pela imprensa ter sido ele um dos algozes de Juvêncio Mazzarollo.

Além disso, fala-se em ladrão, fala-se em corrupção. Eu gostaria que o Deputado Tércio Albuquerque, se é que pretende ser coerente com as suas denúncias e com seu palavreado, nos apresentasse as provas dos roubos por ele aqui apontados, porque quando nós falamos em CAPEMI e COROA-BRASTEL, e quando eu falava até nas lesões às instituições universitárias pelo Governo do PDS, nós apontamos fatos; quando a CPI levanta as questões da FUNDEPAR, a CPI da Corrupção aponta fatos. Então, nós queremos que, através desta CPI ou de qualquer órgão que seja, o Deputado mostre claramente as provas dos "ladrões", por ele, genericamente e irresponsavelmente denominados. Enquanto não trouxer as provas, ele é um denunciante irresponsável. Porque não traz as provas, é "molecagem", Deputado.

(TUMULTO)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Obrigado, Sr. Presidente, era só.

O SR. PRESIDENTE — Por 18 minutos, falará o Deputado Ferrari Júnior, já que a Mesa, quando dá a palavra, dá os 30 minutos que é permitido à liderança.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Antes, Deputado, a Mesa gostaria de comunicar a presença, com satisfação neste Plenário, dos Vereadores de Terra Rica, José Roberto Lague, Tomoni Marakimi, Nelson Maior e Samuel Lopes.

Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O episódio dos dólares, do chamado episódio dos dólares no Estado do Paraná deu muito o que falar, e continua dando o que falar. E a gente percebe que ainda nesta Assembléia, os ânimos estão realmente exaltados.

E eu cumprimento o meu ilustre colega de bancada e de cidade, Deputado Tadeu Bento França; quando se insurge, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chamando a atenção de um colega

Parlamentar para que prove denúncias de roubo, de corrupção ou de algum movimento negativo por parte deste ou daquele Governo.

Cabe ao Parlamentar uma movimentação livre para tentar colher informações para, posteriormente, se possível, apontar deslizes. Este Deputado, a exemplo de toda a Bancada do PMDB não negou em momento algum, à Bancada do PDS, que fizesse os seus pedidos de informações - a Bancada do PDS fez inúmeros pedidos de informações, todos eles aprovados pela Bancada do PMDB, daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os meus cumprimentos ao brilhante Deputado Tadeu França que se revoltou ao ouvir acusações infundadas.

Por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não posso dizer agora neste instante, desta tribuna, deste microfone, que o Sr. Superintendente do IAPAS no Estado do Paraná seja um ladrão, e eu estou tratando Sr. Presidente, justamente sobre a Superintendência do IAPAS no Paraná.

Vou falar, Sr. Presidente, sobre denúncias de rombo, denúncias ou desfalques ocorridos no IAPAS do Estado do Paraná, mas eu não posso enquanto não tiver provas nas minhas mãos, chamar um cidadão de ladrão. Talvez até ele seja. Ele não é flor que se cheire. Eu já disse isso dessa mesma tribuna, mas então, Sr. Presidente, estou buscando um caminho legal, um caminho que a Constituição me garante, e estou propondo um requerimento a esta Casa, que vou passar a ler a seguir, porque muita gente fica a perguntar, "nesse episódio que envolveu o Secretário Garanhão do PMDB, será que chuncho houve? Corrupção? Se aconteceu, a Justiça vai dar a sua palavra? Será que, pelas bandas do PDS, ou em alguns organismos do PDS tudo está às mil maravilhas?" Eu diria que a coisa também está complicada. Tanto é verdade, que estamos apresentando o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Srs. Deputados Federais e Senadores, do P.M.D.B., pelo Paraná, solicitando-lhes indagações, junto ao Excelentíssimo Sr. Cel. Jarbas Passarinho, Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre S.I.C., "ROMBO OU DESFALQUE" que teria ocorrido na SUPERINTENDÊNCIA DO IAPAS, no Estado do Paraná, indagando, também, os seguintes informes:

- 01) - Em caso afirmativo qual o valor em cruzeiros?
- 02) - Qual a época que aconteceram os desvios financeiros e quais suas características?
- 03) - Foi realizado ou está em andamento algum inquérito administrativo contra possíveis desfalques?
- 04) - Se os envolvidos ocupam cargos relevantes?
- 05) - Qual a responsabilidade do SUPERINTENDENTE do IAPAS e há quantos anos se encontra no cargo?

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Empresários e trabalhadores sustentam, com suas contribuições, o Sistema Previdenciário; aqueles com maior parcela, estes, com a parcela menor, porém, mais sacrificada. Portanto, a situação crítica das finanças da Previdência Social preocupa sobremaneira, tanto uns quanto outros.

A notícia circulante, de mais um desfalque aos já desfalcados cofres previdenciários, merece de nós, na qualidade de porta voz do trabalhador brasileiro, a iniciativa de, no mínimo, buscar explicações e, no máximo, identificar e punir aos responsáveis visando moralizar o sistema,

combater a corrupção e, com isto, devolver a confiança aos sacrificados contribuintes". São indagações, Sr. Presidente. O assunto fala sobre suposições de roubo, de desfalque, de corrupção, mas em momento algum eu estou dizendo que o Sr. Superintendente do IAPAS seja ladrão.

Nós falamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em algumas oportunidades, sobre o METRONOR. Não quero me tornar repetitivo, mas é um assunto de tamanha importância para a região de Maringá - Londrina e aqui estas regiões são representadas por inúmeros Deputados, eu quero continuar hoje a respeito do estudo que fizemos da METRONOR, dizendo que, para felicidade de todos nós, o engenheiro Saul Raiz, teve que se desincompatibilizar para concorrer ao Governo do Estado, deixando rigorosamente nada na METRONOR, além de promessas e palavras vazias que o vento carrega, a exemplo do que se verificou durante sua gestão ridícula na Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, que foi extinta logo que o Governador José Richa tomou posse.

Saul Raiz saiu. Veio L. Ficinski que no dia 30 de maio de 1982, presidiu reunião do Conselho Deliberativo da METRONOR, para a discussão do orçamento de 1982 e aprovação das atividades de 1981.

Na oportunidade, Lubumir Fiscinski anunciou que estão sendo analisadas as propostas relativas à concorrência pública para as obras de duplicação da Avenida Brasil em Londrina, e Avenida Colombo em Maringá, etc., ou seja Sr. Presidente, somente dois anos após a sua criação o projeto METRONOR teve condições de anunciar a primeira concorrência pública, o que em termos de eficiência administrativa se tivéssemos que dar uma nota de zero a dez, não poderíamos dar nota superior a zero.

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eu gostaria de ler um trecho do pronunciamento, Excelência e a seguir eu concederei o aparte. Mas não é este o aspecto mais relevante Srs. Deputados. O primeiro ato do novo Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, quase no final do primeiro semestre de 1982, consistiu em convocar o Conselho Deliberativo para aprovação das atividades do ano anterior, e do orçamento de 1982, que o seu antecessor não se dignou providenciar em tempo hábil.

Meses após, o Deputado Hélio Duque apresentou à Câmara Federal, projeto de lei instituindo a região metropolitana de Londrina, abrangendo os municípios de Londrina, Cambé, Ipirorã, Rolândia e Arapongas, que reúnem mais de quinhentos mil habitantes, e que no entendimento daquele ilustre Deputado deve ter uma administração unificada para os problemas comuns e para programar o desenvolvimento econômico e social da área.

Deputado Airton Cordeiro, embora meu tempo seja bastante exíguo, com muito prazer eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro - Eu agradeço, procurarei ser conciso e apenas para dizer a Vossa Excelência, Deputado Ferrari Júnior o seguinte: Vossa Excelência

tachou a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios de ridícula. Eu pergunto, do que taço eu, o Governo atual, que tem como grande programa administrativo para os municípios exatamente o programa elaborado na gestão de Saul Raiz, junto ao Banco Mundial que hoje é a pedra angular do programa do Governo Richa para atender os municípios através do PRAM.

Se aquela Secretaria era ridícula, o que é o o Governo de Vossa Excelência?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Veja bem, meu nobre Deputado Aírton Cordeiro; como é importante o debate, desde que o Deputado não se esconda atrás da tribuna como fez Vossa Excelência da última vez que Vossa Excelência ocupou a tribuna nesta Casa, quando eu lhe pedia insistentes apartes e Vossa Excelência não concedia. Este Deputado lhe dá condições e Vossa Excelência diz que a Secretaria do Saul Raiz não era uma Secretaria ridícula, que ridículo é o Governo José Richa.

Ora, então ridículo na opinião de Vossa Excelência é um Governo que aí está colocado pela vontade soberana do povo, por voto, voto por voto, uma por uma em todo o Estado do Paraná. E isto para o ilustre Deputado é ridículo. Não é ridículo contudo um Governo imposto, um Governo colocado na amarra, no grito, como tem feito o partido de Vossa Excelência.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ferrari Júnior, Vossa Excelência, o Governo Richa e nós parlamentares, jamais negamos o passado como um todo. E ao fazer críticas sobre a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios em aspectos que foram evidentemente caóticos, nós não temos de forma alguma a pretensão de universalizar a linha de trabalho do então Secretário de Desenvolvimento, o Sr. Saul Raiz.

Enfatizamos, por exemplo, aspectos que foram caóticos e que nós, em certa ocasião documentalmente apresentamos inclusive para vários Pares do PDS e ao próprio Saul Raiz como foi que a COHAPAR, no passado, uma das estatais subordinadas àquela Secretaria, captava recursos em Banco para repassar à sua titular, Secretaria de Desenvolvimento.

Como foi que sob a administração do Sr. Saul Raiz, a COHAPAR que é apenas um órgão de repasse, portanto sem receita própria, acabou com um déficit de dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros!

Enfatizamos o seu pronunciamento Deputado Ferrari Júnior, que quando nós focalizamos questões, fazemos questão de comprovar com fatos como também o faz Vossa Excelência.

Entretanto, daí a pretenderem atribuir uma negativa do passado, é exagerar porque não é esta a filosofia de Vossa Excelência e, em momento algum, nós, peemedebistas, recusamos o passado do Paraná.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu quando digo, nobre

Deputado Tadeu França, da ridícula Secretaria do Senhor Saul Raiz é porque todo o Paraná sabe que aquela Secretaria foi criada única e exclusivamente para promover no Estado do Paraná, o Senhor Saul Raiz, que viria a ser candidato do PDS ao Governo do Estado do Paraná, naquela ocasião em que o

“staff” do Senhor Ney Braga, propunha uma grossa traição ao Senhor Paulo Pimentel, hoje Presidente do PDS, mas isso é assunto doméstico do PDS.

O Sr. Aírton Cordeiro — Os assuntos domésticos do PDS o Senhor deixa que nós resolvemos, Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — O Senhor é apressadinho, Excelência, porque era exatamente isso que eu estava dizendo, que é um assunto doméstico e que deixamos com Vossa Excelência.

O Sr. Aírton Cordeiro — Eu acho que Vossa Excelência tem que resolver os problemas domésticos do PMDB que são muitos hoje.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Agora é Vossa Excelência que está entrando nos problemas domésticos do PMDB. Está vendo como é a coisa, Excelência. É a tal da ditadura que Vossa Excelência não se esqueceu ainda.

O Sr. Tadeu França — Deputado Ferrari Júnior, os problemas domésticos do PDS afetam o País inteiro, inclusive o Paraná; estão destilando a virulência por todo esse País. Então, não há um problema doméstico, e sim um problema nacional pedessista que afeta a Nação e, por consequência, o Paraná, e que Vossa Excelência os retrata tão bem desta tribuna.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Mas continuando, nobre Presidente, Senhores Deputados, o assunto METRONOR. Ao contrário do que dizem os homens do Governo anterior, o METRONOR, Senhor Presidente, não foi um “rio que passou em minha vida”, na feliz expressão do Paulinho da Viola: foi apenas uma “nuvem de verão” prenunciando chuvas e tempestades que logo se dispersaram e tomaram outros rumos.

Passadas as eleições de novembro de 1982, o Projeto METRONOR, que até então era agitado como “bandeira eleitoreira” e diariamente mencionado nos jornais, foi jogado para escanteio. Nenhum dos envolvidos, no que honestamente podemos nominar como “escândalo do METRONOR”, se julgou no dever de prestar contas dos seus atos; explicar a origem dos recursos públicos que receberam, os seus objetivos a que foram destinados; quais as aplicações feitas; por que determinadas obras foram apenas começadas; por que outras ficaram no papel; quais os pagamentos efetuados às empreiteiras contratadas, quem fiscalizou as obras; quem mediu; quem mandou pagar; baseando em que artigos contratuais?

Depois ainda falam do Governo do Senhor José Richa. É evidente que não aceitamos a situação criada como fato consumado, Senhor Presidente. Queremos; é claro, separar o “joio do trigo”; enaltecer o trabalho dos justos, tanto quanto exigimos a exata e integral prestação de contas de todos que, por diversas circunstâncias, foram colocados à frente de serviços públicos estaduais. Estranhamos que aqueles “administradores” não tenham vindo a público após as eleições de 1982 para dizer o que foi feito dos planos mirabolantes do Projeto METRONOR e dos bilhões de cruzeiros que seriam aplicados em obras e serviços que, no

período eleitoral, foram anunciados como espalhafato.

E no desempenho de nosso mandato, estamos apresentando os pedidos de informações necessários ao esclarecimento de nossa dúvidas que são bem fundamentadas, pois não queremos que pare a suspeita de que recursos do METRONOR teriam sido desviados para outros fins. É o que eu dizia há pouco quando eu falava do IAPAS: não chamava ninguém do IAPAS de ladrão, também não quero chamar ninguém aqui de ladrão, os fatos é que vão dizer.

A verdade é que se criou uma situação de total descrédito em relação ao METRONOR que, ao que sabemos, não foi sequer mencionado por autoridade nenhuma do Paraná e pelos Prefeitos da região nos seus respectivos discursos de posse. E compete ao Governo José Richa decifrar essa esfinge, chegar a um acordo com os Prefeitos da região; estabelecer metas; tratar de problemas comuns aos doze municípios; buscar e alocar os recursos necessários partindo praticamente da estaca zero, uma vez que quase nada sobrou do METRONOR, antes alardeado como um gigante, mas que na realidade nunca passou de embrião, de alguma coisa que pode se tornar grande no futuro dependendo do trabalho que for realizado. Por enquanto, o Governo do PMDB tratou de renovar o convênio com o Ministério do Interior e a SUDESUL estabelecendo novas bases para a unidade administrativa de subprojetos nos termos do programa CPM - BIRD que prevê alocação de vinte milhões de dólares por parte do Banco Mundial, sessenta milhões do Estado e cem milhões da União para o desenvolvimento de cidades de porte médio.

Mas este é um programa distinto, que nada tem haver com o METRONOR, embora eventualmente possa atuar nos Municípios daquela área entre Londrina e Maringá.

O programa que citei, visa atender prioritariamente as populações de baixa renda, através da geração de empregos, o que pressupõe a criação de novos distritos industriais e da necessária infra-estrutura de transportes, comunicações, saneamento, saúde e educação.

Para isso, a unidade administrativa de subprojetos, que também tem sede em Apucarana, está montando uma série de projetos de natureza técnica e econômica, sem nenhuma preocupação de ordem política, a não ser a política que melhor convém aos superiores interesses do Estado, ao contrário do condenável procedimento dos homens do Governo anterior, mas o METRONOR, vamos aguardar a resposta aos nossos pedidos de informações e voltaremos ao assunto, por enquanto esperamos ter cumprido com o nosso dever, zelando pela coisa pública e honrando o nosso mandato, não nos movemos nenhum sentimento revanchista que seria mesquinho, pois os responsáveis pelo METRONOR já foram julgados pelo povo.

Apenas, queremos evitar que os erros cometidos com manifesta má fé, caiam no esquecimento e que o silêncio cubra com o seu manto protetor os administradores incompetentes ou demasiadamente astuciosos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Antes de conceder a palavra à Liderança do PDS, a Mesa

registra com satisfação a presença dos Srs. Vereadores de Palotina, Odenir Brum, Antoninho Luiz Cequi e Otalino Perin.

Consulto à Liderança do PDS, digo concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, por dez minutos.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás fazia pronunciamento da tribuna deste Poder, o ilustre, honrado e companheiro de região Deputado José Antônio Fonseca.

Minutos após a sua fala, procurei analisar dentro de minha ótica o pronunciamento do Excelentíssimo Deputado Fonseca; fui injustamente censurado, por um assessor do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, diga-se de passagem e a bem da verdade e é bom que se diga e que se registre nos Anais da Casa.

Não era do conhecimento do nobre representante oestino, fui censurado por correspondência escrita numa ameaça, que o assessor dizia que levaria ao conhecimento de minha região, que represento nesta Casa, pelo segundo mandato, de um mandato para o outro, com um aumento de dez mil votos, pela população do Oeste.

Comuniquei ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca. O mesmo deve ter tomado as suas providências, que não são do meu conhecimento, mas tenho certeza, pelo caráter moral, pela respeitabilidade que tem o Deputado José Antônio Fonseca, na nossa região Oeste.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao apartear o mesmo Deputado, antes que o seu assessor tenha tempo de me censurar, ou de me ameaçar, sou censurado injustamente, por um colega da Casa, um Deputado que nem eu, eleito pela vontade do povo; indiscutivelmente, representando uma produtiva região, a região norte paranaense.

Deputado que me refiro, professor universitário, que pode a um leigo como eu, dar aula; mas aula que eu possa transmitir aos meus filhos e aos meus representados de região; que não denigra o comportamento legislativo, de taxar alguém de irresponsável, quando irresponsável é quem o taxou.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Dentro de instantes.
Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Tadeu Franca — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Darei dentro de poucos instantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisava o Deputado Fonseca, diversos aspectos da política nacional; mas se deteve em especial, à política da minha região; ou seja, da nossa região. Acusando o sistema de nomeações, tantas vezes por ambos os partidos constituídos neste mesmo Poder, condenado, mas que nós Deputados Estaduais não temos o poder de legislar a nível nacional; portanto, estamos impotentes para legislar com referência à matéria de cunho nacional. Para isso, elegemos os nossos

Deputados federais, os nossos Senadores, menos o biónico, que é do PMDB, Afonso Alves de Camargo Neto. Três Deputados pedessista, Norton Macedo, Alcení Guerra e Antônio Mazurek. Tramita, de autoria dos três Parlamentares, projeto no sentido de extinguir os municípios considerados de área de segurança nacional, de estâncias hidrominerais, para que o povo tenha o direito de escolher o seu administrador; o seu Prefeito, que sem dúvida alguma, só o povo tem o direito, lhe cabe o direito, de escolher o seu administrador. Mas, me detenho especialmente, quando o Deputado José Antônio Fonseca, tacha de administração corrupta, a do Engenheiro Clóvis da Cunha Vianna, que a população leuagense até hoje o condena como mau político, como homem nomeado, mas nunca como corrupto. E desafio desta tribuna e nesta Casa, que alguém traga provas contra a honestidade do ex-Prefeito, engenheiro Clóvis da Cunha Vianna.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Vossa Excelência se acalme que eu darei o aparte se oportuno for e se tempo nos restar.

Desafio e este desafio fica caracterizado a dois Deputados, Deputado José Antônio Fonseca e Deputado Sérgio Spada; para que nós possamos neste Poder, debater sobre quem faz corrupção neste Estado. E eu fui desafiado a trazer provas. Trarei algumas verbais. E as provas estão algumas delas, na CPI da corrupção da Assembléia Legislativa do Paraná, presidida e muito bem presidida pelo Deputado Rubens Bueno, que atendendo a um Requerimento nosso, fez ouvir rapidamente a denúncia da BANESTADO Reflorestadora, que veio a esta Casa, o Presidente da mesma, e na CPI comprovou todas as palavras. E eu nunca fiz denúncia de corrupção; a única que fiz, provei. O Presidente contou toda a história do ex-Diretor Técnico, Dr. Paulo Cordeiro. E o Dr. Paulo Cordeiro também incriminou o atual Presidente Dr. Lobo.

Não sei se o Lobo ou o Cordeiro, que um come o outro, quem está com a razão. Só sei que tem corrupção e a CPI sabe disso.

Eu estou com os anais da CPI Deputado, professor ilustre, emérito professor Tadeu Bento França.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência será responsável se trouxer as provas, porque, enquanto chamar de ladrão sem provar, continuará irresponsável...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Irresponsável é Vossa Excelência.

Vossa Excelência nem respeito tem para com o Deputado que não lhe deu aparte.

Vossa Excelência é um mau educado! Vossa Excelência é um irresponsável.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — (Faz soar a campanha).
Está com a palavra o orador da tribuna.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) - Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que assegure ao Deputado Tércio Albuquerque o direito do uso da palavra, que porque me conste, o ilustre

Deputado não concedeu aparte a ninguém.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa assegura a palavra ao Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Vou conceder apartes a partir do primeiro que me solicitou. Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — (Aparte) — Sr. Presidente, diante das colocações apresentadas pelo ilustre Deputado da situação que perturbou o pronunciamento do nobre Deputado e, tendo em vista as interrupções, esta liderança solicita que seja descontado o tempo reservado à mesma para compensar o nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa informa que o tempo é improrrogável e, inclusive, alerta que os 10 minutos que foram concedidos por Vossa Excelência ao orador que se encontra na tribuna, estão esgotados.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mas, houve perturbação ao orador e, deve ser descontado o tempo referente à perturbação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador da tribuna.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas uma denúncia fiz, trouxe as provas e o Dr. Lobo acabou de comprovar. Eu tenho os Anais e ninguém pode retificá-los. Nós temos os Anais na mão.

O Deputado Nestor Baptista tem as provas do Porto de Paranaguá. Quantos e quantos tem as provas dos dólares. Quantos já tem as provas da Corretora, da PARANATUR, do Shopping Muller, e tantos outros escândalos que estão aí nascendo.

Até digo, Sr. Presidente e Senhores Deputados, tenho pena do Governador José Richa que rodeou-se de homens mal intencionados que estão deturpando o seu Governo, mas ele será o grande responsável se não tomar urgente e enérgicas providências e libere o Paraná dos mal intencionados, daqueles que querem denegrir um passado de respeito de crédito que o Paraná tem perante o Brasil e o mundo. Este Paraná que nunca foi palco de escândalo nacional, e as provas aí estão, pela perturbação de homens despreparados para o Poder Público, que não estavam, e assumiram, infelizmente pela inocência do povo, que queria mudar e mudou realmente, e mudou para a desgraça, para os escândalos que aí estão para os olhos dos brasileiros que moram no Paraná, que habitam esta grande Nação que nós haveremos de ver todos esses casos elucidados, para que volte a credibilidade do Paraná perante as instituições financeiras do Brasil e do mundo! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Concedo a palavra o orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

A Mesa registra com satisfação a presença do Presidente da Câmara de Terra Roxa, Vereador João Francisco; e do Vereador Elias Teixeira, também de Terra Roxa.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

A matéria que vamos abordar, em seguida, entendemos ser da maior importância para o Estado do Paraná.

Recebemos da SUNAMAM, Superintendência Nacional da Marinha Mercante, pelo seu Diretor de Navegação Interior, engenheiro Nilton Figueiredo, o seguinte expediente:

“Foi com muita satisfação que recebemos a correspondência datada de 07 de maio de 1984, na qual Vossa Excelência anexa recortes de jornais de Curitiba, divulgando pronunciamento em Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Com a presente, estou encaminhando o estudo final sobre a alternativa Rodo-Hidro-Ferrovária, para o transporte de parte da safra de soja paraguaia, destinada à exportação.

Este projeto é de fundamental importância, para que possa ser reerguida a navegação do Rio Paraná, que hoje conta com todos os elementos materiais para o transporte de um milhão de toneladas/ano, e que se encontram ociosos.

Ass. Eng. Nilton Figueiredo”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Atualmente, toda a soja que o Paraná produz, neste ano estimada em um milhão de toneladas, é encaminhada ao Porto de Paranaguá, através do sistema rodoviário.

Este sistema, segundo a SUNAMAM, custa hoje — uma tonelada para se enviar a Paranaguá, quarenta e dois mil cruzeiros, e para o Porto de Santos, da zona produtora de Paranaguá, quarenta e dois mil cruzeiros, e para o Porto de Santos, sessenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros, portanto, 50 por cento mais caro.

É evidente que os exportadores fazem questão absoluta de um centavo, quanto mais de vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros, por tonelada.

Porém, no futuro, teremos dificuldades que deverão ser superadas de imediato, isto porque a SUNAMAM está viabilizando o transporte rodo-hidro-ferroviário, para a economia de combustível, uma vez que os caminhões que demandam da zona paraguaia ao Porto de Paranaguá consomem combustível nosso, que nos custam divisas e que nos causam uma grande inquietação.

Com a viabilidade desse estudo da SUNAMAM, atentem bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com esta proposta e ela deverá ser viabilizada a curto prazo, a tonelada para se mandar através desse sistema rodo-hidro-ferroviário, da zona produtora até o Porto de Paranaguá, custará trinta e três mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros, com uma economia de quase dez mil cruzeiros por tonelada, e para se enviar esse granel, a soja, da zona produtora do Paraguai através do sistema ferroviário ao Porto de Santos, custará vinte e nove mil e oitocentos cruzeiros mais barato, quatro mil cruzeiros mais barato, beneficiando o Porto de Santos.

Para isso, necessário se torna que o Governo do Estado do Paraná dê prioridade ao Sr. Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, para que ele viabilize a navegação pelo Rio Paraná, para que possamos competir com o Porto de Santos, sob pena de perdermos um milhão de toneladas, que serão

exportadas neste ano, no ano que vem, não sei de quanto será a safra do Paraguai, que cada vez agiganta-se mais.

Nossa preocupação reside no fato de que se o Governo do Estado não der prioridade, vamos perder todas as exportações e as divisas de grande importância para sobrevivência do Porto de Paranaguá e de nosso Estado.

O aproveitamento das hidrovias — diz a Secretaria dos Transportes que não dispõe de recursos e nem prazo definido para sua execução, ao passo que, em São Paulo, a infra-estrutura já está pronta, praticamente completa para o aproveitamento de seus rios.

A SUNAMAM elaborou um estudo completo que está à disposição dos Srs. Deputados, e é um assunto de transcendental importância sob a alternativa do sistema rodo-hidro-ferroviário, o transporte e parte da soja, deve ser ao redor de 80 por cento, está, digo, destinado à exportação, e eu preciso concitar esta Casa, conchamar os Srs. Deputados para que juntos possamos sensibilizar o Governo do Estado e que ele dê prioridade absoluta ao Secretário Deni Schwartz, para que ele tenha recursos em mãos e viabilize o aproveitamento do sistema rodo-hidro-ferroviário através do Rio Paraná, a fim de que não percamos esta grande oportunidade que estamos tendo hoje, com vantagens reais no sistema rodoviário; para o sistema rodo-hidro-ferroviário nós ficaremos em desvantagem com o Porto de Santos.

Dou aparte ao Deputado Adhail Sprenger Passos, que foi quem primeiro me solicitou.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Eu agradeço ao Deputado

Nelson Buffara a concessão do aparte. E o pedi apenas para esclarecer, no que tange ao sistema hidroviário para o Paraná levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, recentemente, o Governo do Estado do Paraná, Governo José Richa, assinou um convênio COPEL/Secretaria dos Transportes, para contratar uma firma coligada com uma firma de São Paulo, para viabilizar, digo, para estabelecer a viabilidade técnico-econômica da navegabilidade do Rio Ivaí.

Vê Vossa Excelência que o atual Governo está, tardiamente, cumprindo com o seu papel; e eu digo tardiamente, porque os Governos passados, do Paraná, nunca se preocuparam com o sistema hidroviário, ao contrário do Estado de São Paulo, que desde o Governo Carvalho Pinto, e isso já lá vão mais de vinte anos, está implantando o Projeto de navegabilidade do Rio Tietê e pretende concluí-lo até o final do ano de 1986, e quando isso ocorrer é mais fácil para a região do Paraguai, a região do Oeste e Sudoeste do Paraná, através do Rio Paraná e do Rio Tietê, fazer a exportação através do Porto de Santos, em detrimento do Porto de Paranaguá.

Vê Vossa Excelência que a omissão dos governos passados, que se preocuparam quase que exclusivamente com o sistema rodoviário deixando de levar em conta a capacidade do Paraná na sua bacia hidrográfica — que é muito rica — sem que pudesse caminhar um milímetro sequer, na elaboração de estudos que dessem surgimento a programas e projetos para implantar o sistema hidroviário em nosso Estado.

Vê Vossa Excelência que o Governo José Richa não

está se omitindo como se omitiram os Governos passados para que o nosso Porto de Paranaguá não perca o papel importante que tem ainda hoje no sistema de transporte internacional para o nosso País.

O SR. NELSON BUFFARA — Consulto à Mesa quantos minutos me restam, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Já esgotou o tempo que lhe foi reservado pela Liderança.

O SR. NELSON BUFFARA — Lamento não poder, digo, que não tenha tempo para dar o aparte ao nobre Deputado líder da nossa bancada, Luiz Alberto Oliveira, e quero responder o aparte do nobre Deputado Adhail, dizendo tão somente o seguinte: que a SUNAMAM apenas agora concluiu este estudo, estudo feito com técnica e a preocupação da SUNAMAM não é outra se não a economia de combustível, que é o grande drama do Brasil e das demais Nações do Universo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está com a palavra o Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto Parlamentares governistas clamam pela demonstração dos atos irregulares do atual Governo, solicitando à Oposição sejam trazidos indícios, ou provas sobre essas irregularidades, à página 14 do Relatório da Comissão de Alto Nível, que o Governador do Estado designou para apurar o escândalo dos dólares. (Lê o seguinte depoimento prestado àquela Comissão, pelo assessor Romar Teixeira Nogueira): “Esta firma, Lemann foi apresentada a nós através do Sr. João Fráguas, gerente do Banco Mercantil de Descontos, que em contato com o Sr. Secretário, disse da possibilidade...”

E mais adiante: “A Lemann apareceu através de João Fráguas, o irmão dele, Gastão Fráguas, que veio intermediar essa negociação através da Lemann.

No primeiro contato que eu tive com o Sr. João Fráguas, que me foi apresentado pelo Sr. Secretário, como sendo um grande amigo dele e do Governador José Richa, e que, portanto, o Governo devia alguma consideração com essa pessoa. E ainda, posteriormente, foi marcado um almoço no restaurante do SENAC, com o Sr. Gastão Fráguas, que também se dizia grande amigo do Governador, de ter colaborado na campanha, pertencendo então ao mesmo grupo da Administração do Governo.

E mais, o Sr. Luiz Gastão Menezes...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Colaborado?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Exatamente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Colaborado financeiramente?

O SR. AIRTON CORDEIRO — O relatório não esclarece, infelizmente, qual foi o tipo de colaboração prestada.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Então, Vossa Excelência me permita. Quer dizer que o homem da Lemann, homem peculatório, apropriação indébita, colaborou na campanha do Sr. José Richa?

O SR. AIRTON CORDEIRO — É o que diz o parecer da Comissão de Alto Nível.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu continuo, Sr. Presidente.

E mais, é depoimento do Sr. Romar Nogueira, assessor do Sr. Secretário das Finanças, à Comissão de Alto Nível.

E mais, o Sr. Luiz Gastão Menezes, este eu conheci numa reunião que foi marcada, em São Paulo. Gastão Menezes é um colaborador dele, é quem representa a firma.

Lamento, Sr. Presidente, ter que levantar, neste momento, no mínimo a utilização do tráfico de influência com o uso indevido ou não — não me cabe investigar do nome, da influência e do peso do Governador do Estado no escândalo dos dólares do Paraná.

Este é um documento oficial, aqui não falam os Deputados do PDS, aqui não fala o nosso Partido, é a Comissão de Alto Nível designada pelo Governador quem faz inserir no seu documento, esta suspeita clara que foi denunciada por um assessor da Secretaria de Estado das Finanças.

Lamentavelmente, mesmo tendo ido à televisão por vários minutos, o Governador José Richa não se dignou prestar o esclarecimento necessário, pelo menos para que as nossas consciências não carreguem esta trágica dúvida.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Concede-me um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Airtton Cordeiro, Vossa Excelência pode esclarecer o que diz a Comissão a respeito deste assunto que Vossa Excelência levanta, do fato do dono da Lemann ter colaborado na campanha do Governador José Richa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — A Comissão é clara, nobre Deputado.

Diz o seguinte: “Neste ponto, a Comissão pondera a Vossa Excelência, e não sendo uma Comissão de Inquérito, não se sentiu autorizada a aprofundar as investigações. É assunto que deixa ao seu elevado critério. Nós esperamos que o critério do Governador traga os esclarecimentos que tanto precisamos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Se a Comissão deixa a critério do Governador revelar as ligações, as colaborações da empresa Lemann para com a eleição do Governador José Richa, eu faço um apelo ao líder do Governo e aos Deputados governistas desta Casa, para que cobrem do Governador do Estado um esclarecimento à opinião pública.

Não é possível essa suspeição que fica o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, de ter a colaboração e a participação na sua campanha, de uma empresa que se apropriou indebitamente de bens de terceiros, de uma empresa dirigida por um peculatório.

Realmente, o Governador José Richa não merece esta insinuação maldosa.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E que recebeu do Governo do Paraná, por intermediações espúrias quase trezentos milhões de cruzeiros.

O Sr. Luiz Alberto

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas Vossa Excelência está se valendo do dólar da época. Hoje o dólar está Cr\$ 1.500,00. Quanto dá isso? Dá quatrocentos milhões de cruzeiros. A empresa do peculatório que colaborou na campanha José Richa, essa insinuação eu considero até maldosa para com a honorabilidade do Governador José Richa. Ele precisa esclarecer a opinião pública. Ele não pode ir para a televisão e apenas ler o parágrafo final do relatório.

E o parágrafo final, o que é que diz, eminente Deputado Airtton Cordeiro?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Diz que “a Comissão não tem provas com relação à desonestidade do Secretário Erasmo Garanhão, mas confirma que houve dano para o Estado. Havendo dano para o Estado, houve lucro para a empresa do amigo do Governador José Richa”.

Que barbaridade.

Aliás, eu esclareço a Vossa Excelência e à Casa, a Comissão diz o seguinte ainda no seu relatório: “A Comissão parece que negociações de tamanha envergadura financeira, que originaram . . .”

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa concede dois minutos para concluir sua oração.

(Tumulto) A Mesa assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, nós compreendemos.

São afirmações irresponsáveis, e quando as afirmações são irresponsáveis, somente o mau-humor, o mal gosto no trato de um assunto tão sério, somente isso pode explicar esse tipo de reação que nós observamos em alguns Parlamentares. O assunto é muito mais sério do que aquilo que querem brincar com ele e imaginam fazer neste momento.

Mas a propósito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório tem vinte e uma páginas e nós poderemos esmiuçá-lo no curso das nossas sessões, durante muito tempo.

E eu quero aproveitar, Sr. Presidente, e requerer a Vossa Excelência, a transcrição nos Anais da Casa — já que se falou ontem aqui sob corrupção no Governo passado, e se pediu uma investigação sobre a Secretaria da Saúde.

Eu quero trazer ao conhecimento da Casa, formalmente o Parecer do Sub-Procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga.

Com a aprovação do Procurador Geral da República, Inocêncio Martins Coelho, que determinou o arquivamento do inquérito parlamentar, instaurado nesta Casa, contra o ex-Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, Sr. Oscar Alves. Aqui estão todas as razões.

Eu peço a Vossa Excelência que determine a transcrição nos Anais da Casa, para que os homens do PMDB tenham o cuidado de ler o Diário da Assembléia e tomar conhecimento dos seus termos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa aguarda o requerimento por escrito, do Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela Ordem) Só a título de contribuição o nobre Deputado não pode dizer, ele queria um aparte, estava lembrando que foi o mesmo cidadão que indeferiu as acusações contra o Sr. Paulo Malluf.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa registra com satisfação, a presença do Vereador Pedro Rábua, de Marechal Cândido Rondon.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando a implantação de rampas de acesso ao edifício desta Casa, destinadas aos deficientes físicos. — **À Comissão Executiva, para apreciar o solicitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando a inversão da votação da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 84/84), que objetiva fazer constar, na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do Art. 12, da Lei n.º 6636, de 29/11/74, na forma que especifica e dá outras providências Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 31/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º A estrutura organizacional da Procuradoria Geral da Justiça, passa a contar com as unidades administrativas de nível de ação instrumental, de que trata o inciso IV, do art. 21, da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974.

Parágrafo único — As unidades administrativas aludidas neste artigo ficam subordinadas à Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça.

Art. 2.º — Ficam extintos, no Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, um (1) cargo de Técnico de Administração, padrão I, referência I e 1 (um)

cargo de Bibliotecário, padrão H, referência I.

Art. 3.º — Face o que dispõe o Art. 1.º, ficam criados 4 (quatro) cargos em comissão de Chefe de Grupo Setorial, Símbolo 1-C, e 4 (quatro) cargos em Comissão de Assistente Técnico, Símbolo 2-C.

Parágrafo único. Ficam ainda, criados, no Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, 2 (dois) cargos em comissão de Assistente, Símbolo 3-C e 1 (um) cargo em comissão de Assistente, Símbolo 9-C.

Art. 4.º — As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 31/84

PARECER:

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade implantar na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do art. 12, da Lei 6636, de 29/11/74, conforme estabelece.

A medida ora proposta está devidamente justificada, conforme o teor da Mensagem 84/84, onde Sua Excelência o Sr. Governador do Estado salienta o interesse da administração, no plano de lei e que visa criar grupos setoriais e cargos em comissão na Procuradoria Geral da Justiça, capacitando assim, àquele órgão de uma estrutura mais dinâmica e adequada às atividades dos setores financeiros, orçamentário, administrativo, de recursos humanos e de planejamento.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se assim favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 31/84

PARECER:

O presente plano de lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 84/84, tem por finalidade fazer constar na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o Inciso IV, Art. 12, da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974, quais sejam Grupo Administrativo Setorial — GAS, Grupo Financeiro Setorial — GFS, Grupo de Planejamento Setorial — GPS e Grupo de Recursos Humanos Setorial — GRHS, visa ainda o presente projeto a criação de cargos isolados de provimento em comissão e a extinção de outros de provimento efetivos, conforme especifica.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi

devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Analisando o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, não encontramos óbice algum que possa impedir sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
HOMERO OGUIDO — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 31/84

PARECER:

A Mensagem Governamental n.º 84/84, deu origem ao Projeto de Lei n.º 31/84, objetivando incorporar na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça, unidades administrativas de nível de ação instrumental de que trata o inciso IV, do Art. 12, da Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974.

O projeto mereceu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

A matéria, por atender os mais altos interesses da Administração do Estado, proporcionando à Procuradoria Geral da Justiça uma reformulação estrutural há muito necessária, deve merecer nosso parecer favorável.

Somos, portanto, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 21/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Roberto Requião, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Paz", com sede e foro no Município de Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
IVAN GUBERT — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/84, de autoria

do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA — APMI, com sede e foro no Município de Atalaia. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 07, de 19/03/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 18/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Tadeu França, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Atalaia — APMI", com sede e foro na cidade de Atalaia.

Encontra-se o processado instruído com as exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente projeto de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
HOMERO OGUIDO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/84, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANDAGUAÇU, com sede e foro na cidade de Mandaguaçu. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 04, de 13/03/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 10/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Ferrari Júnior, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguaçu", no referido município.

Encontra-se o processado, instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
CAÍTO QUINTANA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/84, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ — ACEP, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 05, de 14/03/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 05/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Ferrari Júnior, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública

a ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que autoriza o Poder Executivo estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas Repartições Públicas Estaduais da Administração Direta e Indireta de menores pertencentes às Guardas Mirins existentes no Estado, e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 003, de 12 de março de 1984).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 04/84

PARECER

De autoria da Deputada Amélia Hruschka, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estabelecer normas e critérios visando a contratação de menores em órgãos públicos e dá outras providências.

Analisando-se a matéria temos que a medida é autorizatória e virá atender os interesses do Estado em prol da comunidade carente, principalmente no atendimento aos menores em sua formação e preparação para o futuro.

Nestas condições o nosso parecer é favorável ao plano de lei, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, já que não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 04/84

PARECER

O Projeto de Lei n.º 04/84, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, objetiva autorizar o Poder Executivo a estabelecer normas para a contratação pelas repartições públicas estaduais, tanto da Administração direta, como da indireta, de menores pertencentes às Guardas Mirins existentes no Estado.

Analisada pela Comissão de Constituição e Justiça o plano de lei mereceu parecer favorável, por não haver qualquer obstáculo de natureza legal ou constitucional à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, quer nos parecer das mais justas a iniciativa da nobre Deputada, por vir a proporcionar, ainda, com a retenção de parte da remuneração para ser aplicada em caderneta de poupança, recursos para que o menor, ao iniciar sua vida adulta, tenha condições financeiras para obter o sucesso que todos lhes desejamos.

Nestas condições, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 243/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova redação ao Caput do Inciso XVII, do Artigo 1.º da Lei n.º 4.245, de 25/07/60, conforme especifica. (DENOMINA IVATUBA o atual Município de IVATUVA). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 243/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Caput do inciso XVII, do Art. 1.º da Lei n.º 4245 de 25 de julho de 1960, publicada no Diário Oficial n.º 119, de 28 de julho de 1960, mantido o texto dos itens 1, 2, 3, 4 e 5, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º —

XVII — IVATUBA, com território desmembrado do município de Maringá, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, pretendemos corrigir a grafia do nome do Município de Ivatuba, pois que a Lei de criação cuja cópia anexamos, erroneamente denominou Ivatuva, quando já se encontrava consagrada a grafia Ivatuba, como é conhecido atualmente.

Essa correção virá estabelecer consenso para que sejam evitadas dúvidas interpretações referentes a grafia legal e a utilizada na atualidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 243/83

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Tadeu França, objetiva o presente Plano de Lei dar nova redação ao inciso XVII do artigo 1.º da Lei n.º 4.245, de 25 de julho de 1960, segundo especifica.

O que aqui se pretende é corrigir a grafia do nome do Município de IVATUBA, erroneamente denominado Ivatuva na Lei de sua criação, a fim de se evitarem dúvidas interpretações.

Cumpridas que foram as formalidades legais e inexistindo óbice de ordem constitucional, somos pela retificação pretendida, nos termos do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HOMERO OGUIDO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo isentar o “JOCKEY CLUB DO PARANÁ” dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no Livro 3-M, sob n.º 17.386, de 23/05/61, do Cartório da 2.ª Circunscrição, desta Capital, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 179/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o

Jockey Club do Paraná dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no livro 3-M, sob o número 17.386, datada de 23 de maio de 1.961, do Cartório da 2.ª Circunscrição, da Comarca da Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A doação de que trata a presente Lei é de um terreno de forma irregular, com área de 176.000 metros quadrados, vizinho ao Hipódromo do Tarumã e doado ao Jockey Club Paranaense, em 1961, com a condição de nele ser construído hospital destinado ao atendimento dos profissionais de turfe e de todos aqueles que exerçam atividades no setor da criação de cavalos puro sangue.

A medida, na época bastante oportuna, foi protelada através dos tempos pelo alto custo exigido para construir uma casa de saúde bem aparelhada e destinada para as finalidades especificadas, deixou de ter a prioridade de então pelo desenvolvimento da rede hospitalar curitibana, extensão dos serviços de assistência social e pelo alto custo que um hospital de tal natureza, certamente deficitário iria acarretar para os já sobrecarregados cofres do Jockey Club um pesado ônus que, em última análise, acabaria por ser arcado pelo próprio Governo do Estado.

Nestas condições, a liberação que pretendemos com o presente plano de lei, permitirá ao Jockey Club Paranaense alienar o imóvel em questão, revertendo o produto da venda para o equilíbrio de sua situação financeira, abalada com a crise que assola o País.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 179/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar e isentar o Jockey Club do Paraná dos encargos contidos na doação torna-se de execução impraticável na atualidade.

A proposição como tal não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional, não havendo portanto, qualquer óbice quanto a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a criar UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR, no Município de União da Vitória. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 175/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de União da Vitória, uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação própria consignada na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

As recentes e intermitentes chuvas que se abateram sobre o nosso Estado e que ocasionaram as enchentes, geraram um verdadeiro "Estado de Calamidade Pública".

É nestas condições que identificamos os problemas, as deficiências e, também, as soluções.

União da Vitória foi o município paranaense onde, sem a menor sombra de dúvidas, as enchentes castigaram de forma dramática a nossa gente. O flagelo se abateu duro e destruidor, sobre a brava população daquele município do Sul de nosso Estado.

Apesar da presteza do atendimento e da imensa solidariedade que União da Vitória recebeu, ficou clara as debilidades para um mais pronto atendimento dos atingidos pela tragédia.

A falta de uma unidade do Corpo de Bombeiros em União da Vitória, para o atendimento, não só, às situações de flagelo, mas a todo tempo que o serviço vier a ser necessário, notadamente por ocasião de incêndios que, normalmente ocorrem, nas matas e nas indústrias madeireiras, foi identificada e passou a ser uma sentida reivindicação da população daquele município.

Atender tal reivindicação é a preocupação do presente Projeto de Lei. Propomos autorizar ao Poder Executivo a criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar em União da Vitória, ficando as despesas decorrentes da execução desta lei por conta de dotação própria consignada na Lei de Meios.

É de fundamental importância a instalação de tal unidade, devidamente equipada com todo o instrumental necessário para o socorro das diversas eventualidades que possam afligir a população da região, tais como: botes, embarcações, salva-vidas, equipamentos para busca e salvamento, etc.

Acreditamos estar, desta forma, como homens públicos, atentos aos pleitos de nossa gente. Não só isso, acreditamos, estar deixando aquela região do Paraná que inúmeras e valiosas contribuições tem dado ao progresso de nosso Estado, melhor guarnecidas para o enfrentamento de situações futuras.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 175/83

PARECER

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, objetiva autorizar ao Poder Executivo a criação, no Município de União da Vitória, de uma unidade do Corpo de Bombeiros.

A medida, indubitavelmente das mais oportunas, pretende dotar União da Vitória e Municípios vizinhos de recursos para atendimento de emergências, tais como as acontecidas na recente enchente que assolou a região, com a criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, equipada tanto para o combate ao fogo, como para salvamento de populações atingidas por enchentes.

Se já houvesse sido instalada há mais tempo, e dotada de barcos infláveis e outros equipamentos correlatos, a unidade em questão teria, inquestionavelmente, se constituído em fator preponderante na atenuação dos terríveis momentos passados pelas populações ribeirinhas.

Nestas condições, não havendo impedimento de natureza constitucional, e tratando-se de matéria que atende aos mais legítimos interesses de uma grande e progressista região do Estado, nosso Parecer é pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
ANIBAL KHURY – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 175/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem o presente projeto por finalidade autorizar o Poder Executivo criar uma Unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, no Município de União da Vitória.

Os últimos acontecimentos ocorridos na Região com as enchentes que assolaram nosso Estado, por si só recomendam a iniciativa do ilustre Deputado.

Sobre a matéria houve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando sobre seu aspecto Legal e Constitucional.

Chamada a opinar sobre a parte financeira do projeto temos que o presente encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1984

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

DIRCEU MANFRINATO – Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 175/83

PARECER

Visa a proposição, em tela de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, dotar o Poder Executivo de competente autorização para criar uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, no Município de União da Vitória.

Opinando favoravelmente sobre a matéria, deparamos com os pareceres das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, com prerrogativas regimentais para opinar sobre o seu mérito, temos que de acordo com a justificativa apresentada, o Projeto vem atender a uma antiga reivindicação da população de União da Vitória, que recentemente se viu atingida por calamidade pública, sem possuir condições locais para superá-la.

Meritório é seu alcance, razão pela qual opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1984.

(aa) OSVALDO DE ALENCAR FURTADO – Presidente;

FIORI LUIZ – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 138/83, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ – ASVHU", com sede e foro no Município de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 138/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ – ASVHU, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Em 1979, foi fundada em Londrina, a Associação das Senhoras

Voluntárias do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, sem fins lucrativos e com o objetivo de colaborar com o Hospital Universitário local, visando o bem-estar dos pacientes e de suas famílias.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação pertinente à matéria.

Com isso esperamos contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 138/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Márcio José de Almeida, objetiva o presente plano de lei, declarar de utilidade pública a "Associação das Senhoras Voluntárias do Hospital Regional do Norte do Paraná", com sede e foro no Município de Londrina.

Pelo exame de seus estatutos e da documentação que acompanha a matéria, verifica-se que a entidade acima, presta relevantes serviços assistenciais, não visando lucro e que seus dirigentes não são remunerados, estando assim, satisfeita as exigências da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Nestas condições, somos pela aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
NELSON BUFFARA — Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 219/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA BOA", com sede no Município de Terra Boa e foro no Município de Peabiru. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 209/83, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 207/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública o "PX CLUBE DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 206/83, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "ORQUESTRA SINFÔNICA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 144/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS — CASA DA AMIZADE DE FLORAI", com sede e foro na cidade de Florai. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 128/83, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o "COMITÊ DE AÇÃO SOCIAL — C.A.S.", com

sede e foro na cidade de Prudentópolis. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 199/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 126/83), que considera como área especial de interesse turístico conforme disposto na Lei Federal nº 6.513, de 20/12/77, área de terras descritas no Decreto Estadual nº 4.484/81. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.L.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 199/83 e que se cancele o regime de urgência aprovado em 09.11.83 ao referido Projeto de Lei.— **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 199/83.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) — Vossa Excelência poderia esclarecer o teor do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — (Procede à leitura da súmula do projeto).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicitaria que Vossa Excelência determinasse ao 1.º Secretário a leitura da Exposição de Motivos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Gernote Kirinus) — (Procede à leitura da Exposição de Motivos).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — (Está aprovado o requerimento).

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 100/84, (Mensagem nº 91/84 — ex-Proposição nº 96/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado em 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a E.B.T.U., a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Curitiba, com os objetivos que especifica. **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/84, (Mensagem nº 06/84 — ex-Proposição nº 09/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 12/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Florai e São Carlos do Ivaí, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.— **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) — Sr.

Presidente, eu solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados:

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

22 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimento da Sessão.

A Mesa registra, com satisfação, uma visita neste Plenário, do ex-Prefeito de Ourizona, Sr. José Degan.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/84, (Mensagem n.º 05/84 — ex-Proposição n.º 08/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 351/83, celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraniaçu, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/84, (Mensagem n.º 04/84 — ex-Proposição n.º 07/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Florai, Itambé e Guaraniaçu, objetivando execução do "PROSAFRAS/83". **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/84, (Mensagem n.º 158/83 — ex-Proposição n.º 146/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/84, (Mensagem n.º 42/84 — ex-Proposição n.º 58/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de Recursos Financeiros dos Programas que especifica.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/84, (Mensagem n.º 60/84 — ex-Proposição n.º 65/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/84, (Mensagem n.º 63/83 — ex-Proposição n.º 68/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 12/12/84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando possibilitar condições para realização de

Trabalhos de Pesquisa sobre verminose de bovinos, no referido Município.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/84, (Mensagem n.º 78/84 — ex-Proposição n.º 78/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 09/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando Implantação de melhorias de infra-estrutura urbana.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/84, (Mensagem n.º 77/84 — ex-Proposição n.º 77/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/84, (Mensagem n.º 79/84 — ex-Proposição n.º 79/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com intervenção da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, Municípios e objetivos que especifica.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/84, (Mensagem n.º 80/84 — ex-Proposição n.º 80/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Cambé n.º 558/83 e Piraí do Sul n.º 501/83, objetivando execução de obras para recuperação de estradas nos respectivos Municípios.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/84, (Mensagem n.º 61/84 — ex-Proposição n.º 67/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 05/01/84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Loanda, objetivando a realização da XIV Exposição Feira Agropecuária e Industrial, na sede do referido Município.— **Encerrada a discussão.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/84, (Mensagem n.º 45/84 — ex-Proposição n.º 57/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º Termo Aditivo de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 137/83, celebrado em 06/05/83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Kaloré, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983.— **Encerrada a discussão.**

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por

unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) — Sr. Presidente, eu não posso discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Já estava com a discussão encerrada na sessão anterior. Já na próxima, para encaminhamento de votação.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) — Sr. Presidente, segundo consta aqui da Ordem do Dia, está em votação para segunda discussão, não diz com discussão encerrada. Portanto, eu peço a Vossa Excelência, a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em fase de votação já.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Só quando for posto em votação o Projeto. Hoje é ... na segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de materiais para o laboratório existente na Escola Estadual Polivalente — Ensino de primeiro grau, do Município de Goioerê.— **Encerrada a discussão.**

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu requiro a Vossa Excelência a minha inscrição para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e o considera inscrito.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em agradecimento ao atendimento à reivindicação desta Casa, que através de expediente, requereu que se evitasse transação de linhas intermunicipais entre empresas, perpetrando e perpetuando inaceitável monopólio em importantes regiões neste Estado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na realização de reformas gerais no Estádio Municipal Dr. Horácio Amaral, no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de novos aparelhos de telefonia de uso público, no Município de Nova Cantu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura para a Delegacia de Polícia do Município de Capanema.—

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Califórnia.— **Encerrada a discussão.**

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a criação e instalação de um Núcleo de Manutenção do DER, no Município de Campina da Lagoa.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o traçado rodoviário partindo do Município de Braganey, atingindo os povoados de Munhoz da Rocha, Sertãozinho, Campo Bonito e Mato Queimado, possa ser interligado à BR-277, com asfaltamento.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Cafeara.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da EMATER—ACARPA, no Município de Rio Bom.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Florestópolis.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Santa Inês.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA, no Município de Nossa Senhora das Graças.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Santa Fé.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Itaguajé.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para que o mesmo determine ao Departamento competente daquela pasta, no sentido de que agilize a conclusão do inquérito policial referente ao assassinato do Vereador Mário Evaldo Morski, Líder do PMDB no Município de Pinhão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Iguaçu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados Federais e Senadores do PMDB pelo nosso Estado, encarecendo indagações junto ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre o S.L.C., "ROMBO OU DESFALQUE", que teria ocorrido na Superintendência do

IAPAS, no Estado do Paraná. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta - feira dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 08/84, 09/84, 10/84, 11/84, 12/84, 13/84, 17/84, 18/84, 19/84, 21/84, 22/84, 23/84, 24/84.

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 77/83.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 128/83, 144/83, 206/83, 207/83, 209/83, 219/83.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 138/83, 175/83, 179/83, 243/83, 04/84, 05/84, 10/84, 18/84, 21/84, 31/84.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 02/84, 24/84, 25/84, 29/84, 33/84, 35/84, 38/84, 39/84, 44/84, 45/84, 54/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 143/83, 241/83.

e do Projeto de Lei Complementar nº 262/83,

e dos Projetos de Lei nºs 14/84, 15/84, 17/84, 32/84, 52/84.

Levanta-se a sessão.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Em

Explicações Pessoais concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Realmente, a palavra tem sido diferente da ação e, novamente, desejo reportar de acontecimentos dúbios que temos notado da bancada peemedebista desta Casa.

Hoje falo com referência ao Projeto de Lei Complementar de nº 77/83 de autoria do Sr. Deputado Professor Tadeu França, que extingue o período de estágio probatório ao professor da rede estadual de ensino, as situações que estabelece e os pareceres já são favoráveis da CCJ e da Comissão de Educação, por unanimidade, com emendas de Plenário e em Regime de Urgência, aprovado requerimento, com Regime de Urgência.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não cansei, nem tão pouco vou cansar, pelos apelos dramáticos, justos, que tenho recebido e até entendo, que todos os Srs. Deputados que compõem este Poder, tem recebido o mesmo volume de apelos patéticos dos senhores professores paranaenses, que assumiram o seu segundo padrão no ensino paranaense, e que estão muito prejudicados, por ter um padrão em Curitiba e outro em Foz do Iguaçu, com a obrigatoriedade de comparecer diariamente a ambos os lugares, onde detém padrão escolar da sua matéria competente.

Não sei porque nenhum dos professores até agora demonstrou ter o dom da mágica, para ao mesmo tempo, prestar serviço à educação em lugares distintos e distantes.

Dou entrada entendendo, às dificuldades dos

professores que já ganham pouco, que suam, que lutam para educar nossos filhos e nossos descendentes.

Deputado Tadeu França, deu um belíssimo exemplo, apesar de minhas divergências com o mesmo, neste momento dou todos os meus aplausos a este Deputado, pela medida correta em ajuda, em socorro ao professor do nosso Estado. Mas, me sinto entristecido, depois de dar o meu apoio público, respondendo a algumas Câmaras Municipais, e elogiando através de minhas correspondências ao Deputado Tadeu França. Fiz elogios ao mesmo, como um correto Deputado, um bom professor que compreendeu em boa hora, os sofrimentos de sua classe, e apresenta a todos nós para apreciação e votação, um belíssimo exemplo de projeto, que ficará na história da sociedade paranaense, porque marca tempo. Mas sinto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma manobra que me entristece. Não creio que partiu do Deputado Tadeu França. Não creio. Tenho certeza que não é ele que está fazendo esta manobra; esvaziando o plenário, pedindo inversão de votação para o primeiro projeto, constante da Ordem do Dia, passe a ser o último a ser apreciado pelo Plenário. Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não dá para entender. Não creio que Vossa Excelência Deputado Tadeu França, seja um demagogo, não creio; tenho certeza que não o é. Vossa Excelência não vai compactuar com aqueles que desejam derrotar o seu projeto, tachando-o de inconstitucional, pois não é. Se assim fosse, a Comissão de Justiça não aprovaria por unanimidade; ou então a Comissão de Justiça desta Casa está falida, composta por homens que não entendem de justiça. Porque aqui, salvo engano de quem redigiu a Ordem do Dia: "Aprovado por unanimidade" e ainda "Em regime de urgência".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não faço as coisas às escondidas, e vou dizer ao Deputado Tadeu França o que irei fazer se a manobra for sua. Perdoo Deputado, me perdoo; mas se a manobra for de Vossa Excelência vou fazer uma carta aberta aos professores do Paraná, contando que Vossa Excelência apresentou o projeto apenas para ficar falado e vivo na mente do professorado paranaense, que não pode mais uma vez ser enganado como já vem sendo.

Mas se Vossa Excelência, Deputado Tadeu Bento França, não concordar com a manobra que nós estamos entendendo, nós iremos fazer elogios a Vossa Excelência. Não elogios parados; não elogios imerecidos.

Depois de atritos como nós tivemos hoje pela nossa juventude, pelo nosso desejo de ver um Paraná correto; de ver um Paraná progressista; de ver um Paraná mais humano, até desentendimentos verbais tivemos, mas concordo com Vossa Excelência em gênero, em número com este projeto.

Dizem-me nos corredores da Assembléia que haverá uma reunião de bancada, ou quem sabe, uma reunião de Vossa Excelência com os professores para analisar alguns pontos do seu projeto. Quem sabe ratificar em alguma coisa.

Deputado Tadeu França, eu li seu projeto, mandei analisar seu projeto, não foi encontrado nada de inconstitucional.

Ou quem sabe, quem me assessorou não entende da matéria, ou repito, a Comissão de Justiça desta Casa está falida bem como a Comissão de Educação.

Apelo a Vossa Excelência Sr. Presidente, a bancada peemedebista e a minha não precisam,

porque está de acordo com a aprovação do projeto, que dêem este direito aos professores do nosso Estado.

Apelo à bancada peemedebista através do seu líder em exercício, outro professor emérito do Paraná, inteligente professor, aguerrido Deputado que não vai deixar manobra nenhuma, derrubar o projeto do Deputado Tadeu Bento França, professor da Cidade de Maringá que tem dado a esta Casa e ao nosso Estado tantas figuras representativas, que têm marcado muito de bom pela história no desenvolvimento paranaense.

Portanto, Sr. Presidente e Senhores Deputados, retiro-me da tribuna e do plenário com a certeza absoluta que o Deputado Tadeu Bento França, repito, não é o autor da manobra que retira o projeto de sua autoria, nem concorda tão pouco se a manobra for da sua bancada, que não acredito também que seja, sob pena, Deputado Tadeu Bento França, me perdoe, Vossa Excelência fica marcado por entristecer a educação e aos educadores do nosso Estado.

Vossa Excelência sabe Deputado, pode até que Vossa Excelência não precise da minha ajuda nessa luta, mas eu darei mesmo se Vossa Excelência não aceitar, para ajudar os professores que me apelaram. São centenas de cartas Deputado, que tenho recebido de apelos. Até patrocinadores, firmas existem no Paraná que mandaram imprimir os apelos dos senhores professores.

E o PMDB que chorava, que gritava nos momentos de greve da educação, "nós vamos salvar a educação do Paraná".

Jogavam lama, pedras nos pedessistas e no Governo passado. Eram os salvadores desta classe sofrida, mas honrada.

Será que hoje, os mesmos irão desfazer as palavras nas greves, nos palanques? E eu devo ter tido não mais do que meia dúzia de votos, porque os professores foram os maiores cabos eleitorais do Senador Álvaro Dias, do Governador Richa e de Vossas Excelências!

Mas eu entendi, compreendi que o nosso Governo na época não podia dar mais! Não podia dar mais do que o que dou. Hoje Vossas Excelências estão como anunciava o Secretário das Finanças e o Governo do Estado, o dinheiro abarrotando os cofres do Estado, e não vão Vossas Excelências, com tanto dinheiro, denegrir os professores de nosso Estado.

Não é este projeto fruto de demagogia! Não! Tenho certeza que não!

Não pode ser, porque foi um professor que subscreveu; não é manobra, porque outro professor que lidera a bancada, interinamente nesta Casa, Adhail Sprenger Passos, não vai compactuar!

Não sei nem dizer com o que!

Muito obrigado. — (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradecemos aqui as palavras proferidas pelo Deputado Tércio Albuquerque, e apenas para algumas explicações sobre o projeto de lei que considera estágio probatório, o tempo de serviço prestado pelo professor à rede estadual de ensino, situação esta que se legitimada e reconhecida pelo Governo, viabilizará

a remoção a dois mil professores que estão vivendo o drama tão bem explanado pelo Deputado Tércio Albuquerque, ou seja, o de viajar centenas de quilômetros, para cumprir da forma como estão conseguindo, à duras penas, sua função de professor!

Deputado Tércio Albuquerque, em nome da coerência, esclareço a Vossa Senhoria que temos enfrentado sérias dificuldades para conseguir a aprovação deste projeto.

Existe em anexo a este projeto, uma emenda do Líder da Bancada do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, que considera a validade deste projeto para os concursos que serão realizados a partir da publicação desta lei, em função desta emenda, a aprovação do projeto em data de hoje, com a emenda do Deputado Nilso Sguarezi, não seria de forma nenhuma uma resposta aos professores, pais de alunos e alunos que estão esperando uma resposta humana, que viabilize aos professores condições de trabalho.

Reconheço ainda, que em reunião de Bancada do PMDB, não estando presentes todos os Deputados, apenas 18 parlamentares, aproximadamente, foi legitimada a emenda do Deputado Nilso Sguarezi, e nós solicitamos que em nova reunião seja levada em consideração, para que esta emenda não venha incorporada ao projeto, para que em votação, que esperamos venha a ser realizada amanhã, nós possamos definitivamente dar uma resposta de ordem legal, uma resposta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aos anseios não só dos milhares de professores que estão nessa situação, mas de seus familiares, dos pais de alunos preocupados, porque o professor que viaja 500 quilômetros não tem condições humanas para desempenhar as suas funções e deixa, involuntariamente, em prejuízo a questão educacional. É por esta razão que a inversão hoje proposta por este Parlamentar — e faço questão de assumir inteiramente a responsabilidade pela inversão — deve-se, unicamente, a uma reunião que nós realizaremos nos próximos instantes quando apelaremos ao Líder da nossa Bancada, do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, e aos nossos colegas parlamentares, para que votem no projeto sem a emenda que apenas iria estender os benefícios ao futuro, mesmo por entender que nós não podemos deixar de lado aquilo que Vossa Excelência tão bem enfatizou: os apelos de milhares de mestres, estudantes e pais de alunos, que aguardam, que esperam uma resposta para uma situação humanamente insustentável.

Deputado Tércio Albuquerque, ao terminar nossas palavras, fazemos questão de enfatizar de uma forma até comovida, o modo como Vossa Excelência se referiu a este projeto e a minha pessoa. Reconhecemos, evidentemente, que ao sabor das divergências, quando excessos verbais, voltados, efetivamente, para a defesa ou acusação de proposta conflitante entre os partidos nos levam à defesa ou acusação intransigente dos pontos que nós consideramos para nós, particularmente, sagrados.

Nós entendemos e continuamos a acreditar, rigorosamente, na moralidade do Governo Richa; na austeridade. O Governo, ninguém o faz sozinho, e Richa, temos a certeza, de que em qualquer comprovação de imoralidade em seu Governo, ele jamais deixará de punir, mesmo que essa ocorrência seja com pessoas do seu convívio de longos anos e por esta razão que gostaríamos mesmo que este exemplo pudesse ter sido registrado no passado, que quando Golbery

do Couto e Silva aliou-se a Chemical em prejuízo das empresas nacionais, que houvesse a transparência cristalina para que a população conhecesse e que ele fosse punido. Que quando Wladimir Erzog ou Manoel Fiel Filho foram vitimados que houvesse uma explicação aos seus familiares; que os desaparecidos, que os responsáveis pelo caos econômico em que nós estamos, fossem cobrados e punidos pelos detentores do poder a nível de Planalto Central. É por esta razão que para nós nos dói acusação, digo, nos doem acusações generalizadas sem se fixar o destinatário porque nós acreditamos, e o Paraná se habituou a conhecer o homem íntegro que tem insistentemente repetido que ainda que fosse o seu pai a cometer uma irregularidade, ele não hesitaria em punir. E o que o Paraná assistiu e haverá de assistir, é a comprovação desse fato. Cristo tinha doze apóstolos e no meio deles um traidor. É possível que no Governo do PMDB possa existir — como estrutura humana — uma irregularidade, mas nós não podemos jamais condenar o todo; a filosofia de um Governo, o desejo de acertar, a transparência. Não poderia Richa ter apresentado pela TV um relatório completo até por uma questão de respeito ao erário público. Mas aí está a transparência. Nunca, no nosso antigo PMDB tivemos condição de ler depoimentos que seriam ontem tidos como sigilosos; aí está às claras; tudo o que se falou facilmente os parlamentares de qualquer partido podem levar à opinião pública, está espelhada na imprensa numa demonstração de que o nosso Governador continua pautando o seu comportamento pela verdade, e se alguma falha houver, se alguma lesão houver, se

alguma caracterização negativa houver, nós parlamentares do PMDB, com provas, seremos os primeiros a apoiar Richa, que jamais haverá de recuar, em termos de punir culpados, porque Deputado, em nosso País, habituou-se historicamente a assistir a impunidade de todos aqueles que encenaram escândalos, que lesaram nossa Pátria, nossas terras, nossas maiorias, e que não foram punidos.

De qualquer maneira, Deputado, esse era o sentido único e exclusivo, primitivo, da forma veemente pela qual nós reagimos nesse plenário. Entretanto, humilde e comovidamente, quero proclamar como fecho dessas minhas explicações pessoais, que reconheço em Vossa Excelência uma postura humana, de integração com os compromissos de sua gente, que nesse instante está apelando em nome, até mesmo, também, deste modesto projeto de minha autoria.

E digo, Deputado, que aceito a sua colaboração, e não podemos prescindir dela de forma alguma; e a gratidão, que é, não só em meu nome pessoal, eu faço extensiva, especificamente aos dois mil professores que estão batendo estrada; aos seus familiares, aos seus amigos, à comunidade acadêmica, e dizer sempre, que em que pesem as divergências do debate parlamentar, Vossa Excelência acaba de merecer, de uma forma ímpar, a minha admiração pela forma sincera, fraterna e cordial, com que foi capaz de dirigir a minha pessoa, e da mesma forma eu retribuo. Vossa Excelência cresceu em meu conceito, mostrou-se uma pessoa cordial, humana, sincera, fraterna e amiga.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).